



# Anais da Assembléia

N.º 22

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 18.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhor Deputado Anibal Khury e pela Senhora Deputada Amélia Hruschka.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artágão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Fuad Nacii, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Márcio Almeida, Orlando Pessuti e Sabino Campos (9).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 74/85

*Prop. 41/85*

Curitiba, 02 de abril de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para referendo dessa Augusta Casa de Leis, os anexos orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, para o corrente exercício.

Tal encaminhamento é feito no sentido de dar cumprimento ao contido no art. 5.º, da Lei n.º 7.986, de 05 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para 1985.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência

os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

MENSAGEM 75/85

*Prop. 24/85*

Curitiba, 02 de abril de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 63/84, celebrado em 27 de dezembro de 1984, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento, da Agricultura, do Interior, com a Telecomunicações do Paraná S/A — TELEPAR, o Município de Curitiba e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba — IPPUC, objetivando a execução da primeira etapa do Projeto “Unificação de Bases Cartográficas — UNIBASE”.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitere a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 76/85

*<*

Curitiba, 02 de abril de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, nas condições e circunstâncias que especifica.

Os estudos, por mim acolhidos, que precederam a proposição ora submetida a essa Augusta Casa de Leis foram realizados pela Secretaria de Estado da Administração, em cuja conclusão aquela Pasta assevera textualmente que:

“Ao propor a regulamentação do risco de saúde para os funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, que se encontram à disposição da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social informa que os servidores regidos pela CLT, nos mesmos estabelecimentos de saúde, percebem o adicional de insalubridade. Além disso, afirma que vários funcionários obtiveram na justiça o seu direito de tal gratificação, na razão de um terço do vencimento.

Com base nesses argumentos, a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social sugere em seu expediente o envio de Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, dispondo sobre a matéria.

A Fundação de Saúde, pela própria natureza jurídica de

sua criação, deveria abrigar em seus quadros somente pessoal CLT, entretanto, motivos de interesse público fizeram com que lá permanecessem funcionários regidos pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

A proposta da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social tem como objetivo dar ao pessoal estatutário tratamento semelhante ao pessoal CLT, mas propõe que a gratificação seja de 1/3 do vencimento. Não servem de base, para essa concessão, os funcionários que no Judiciário tiveram o benefício reconhecido na proporção de 1/3 do vencimento, porque estes obtiveram o seu direito em função de legislação a que estiveram beneficiados anteriormente. Nem servem de base as gratificações instituídas para os funcionários da Polícia Civil e dos Estabelecimentos Penais, porque no caso deles a vantagem é paga em razão de trabalho com risco de vida.

Em vista disso, a regulamentação solicitada pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, tratando somente de trabalho sujeito a riscos decorrentes de insalubridade, foi concebida, conforme o texto da minuta de anteprojeto de lei anexa, nas regras, conhecidas e praticadas, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Dessa forma, no mesmo local onde for constatada a existência de fatores de insalubridade, tanto os funcionários regidos pela CLT quanto o pessoal estatutário, submetidos ao mesmo risco perceberão a mesma gratificação, com o mesmo valor retributivo, caso a minuta anexa tenha a aprovação superior."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, será devida aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação Caetano Munhoz da Rocha, quando estiverem no desempenho de atividades que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, os exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente, e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Parágrafo Único — Entende-se como limite de tolerância a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do funcionário durante a sua atividade laboral.

Art. 2.º — A gratificação prevista nesta lei será paga aos funcionários de que trata o artigo anterior, independente da jornada de trabalho a que estejam sujeitos.

§ 1.º — O percentual a ser deferido como gratificação será definido em função do grau de insalubridade a que estiver exposto o funcionário durante o seu trabalho;

§ 2.º — Não será devida a gratificação:

I — Quando o risco de saúde for considerado ocasional;

e

II — Quando o funcionário estiver sujeito a agentes nocivos, mas dentro dos limites da tolerância.

Art. 3.º — De acordo com o grau de risco a que o funcionário estiver exposto, o percentual de gratificação será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no país à data do último aumento geral de vencimentos do funcionalismo do Estado, devendo ser reajustada juntamente com os aumentos gerais subseqüentes.

Art. 4.º — É vedada a percepção cumulativa da gratificação pelo exercício de trabalho com risco de saúde, com a gratificação pelo exercício de trabalho com risco de vida, mesmo que por lei elas sejam regulamentadas separadamente.

Art. 5.º — Não será devida a gratificação prevista nesta lei quando do afastamento do funcionário do exercício das atribuições que ensejaram a concessão da vantagem, salvo nos casos dos itens I, II, III, V, VI, VIII, IX, X e XI do art. 249, da Lei n.º 6.174/70.

Art. 6.º — Ocorrendo a atribuição de encargos diferentes daqueles que justificaram a concessão da vantagem, ou a remoção dos fatores de insalubridade, o funcionário beneficiado perderá o direito à vantagem e o órgão setorial de recursos humanos providenciará de imediato a sustação do respectivo pagamento.

Art. 7.º — Para fins de mensuração dos graus de insalubridade, o órgão incumbido de proceder a perícia adotará os critérios tecnicamente recomendáveis e no laudo dirá somente se o risco é mínimo, médio ou máximo.

Art. 8.º — O órgão próprio, especialmente credenciado pela Secretaria de Estado da Administração, deverá apurar se o risco a que está submetido o funcionário é inerente às atribuições do respectivo cargo e emitir o necessário laudo, levando em conta:

I — se há risco de saúde;

II — se é imediato ou ocasional;

III — se o risco pode ser removido ou minimizado; e

IV — quais os meios a serem adotados.

Art. 9.º — A Secretaria de Estado da Administração, a seu critério, baixará as instruções complementares que julgar necessárias ao cumprimento da presente lei.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 79/85

Curitiba, 03 de abril de 1985.

Senhor Presidente:

Em aditamento à Mensagem n.º 73/85, venho à presença de Vossa Excelência solicitar providências no sentido de que a autorização dessa Augusta Casa de Leis, para o eventual afastamento do Doutor João Elísio Ferraz de Campos, Vice-Governador do Estado, se prolongue até 10 de maio próximo, a fim de que, além de cumprir programação na forma da Mensagem n.º 63/85, possa visitar setores

empresariais de Países da Ásia, Europa e América do Norte, que vêm demonstrando interesse em manter relacionamento mercantil com o Estado do Paraná.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, com base no Art. 11, da Carta Magna Estadual e Art. 14 do Regimento Interno desta Casa de Leis, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, conforme comprova atestado médico em anexo, a partir de 08 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) FUAD NACLI

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE  
LAUDO MÉDICO Nº 05/85

Aos oito dias do mês de abril de 1985, a Junta Médica infra assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado Fuad Nacli, concluiu achar-se o mesmo com 592.0 = 250.3/8 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), de licença, para tratamento, a partir de 08/04/85.

Médico Chefe da Junta  
JOSÉ ANTONIO MAINGUÉ  
Médico Coordenador

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada para o dia 19 de agosto de 1985, às 15:00 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTONIO DE CAMPOS TAPAJÓS.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Colla, pai do Diretor desta Casa, Honorino Luiz Colla.

Temos informações que o extinto era pessoa muito querida e estimada em São Miguel do Iguaçu, tendo sua morte causado muita tristeza e dor em seus familiares e aos muitos amigos que tiveram o privilégio da sua amizade.

REQUEIRO, outrossim, que a decisão desta Casa seja comunicada ao Doutor Honorino Colla.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. RONIE CARDOSO, vítima de lamentável acidente automobilístico, ocorrido no dia 03 de abril último.

O extinto era ex-Prefeito do Município de Castro, tendo seu falecimento causado enorme consternação àquela Municipalidade.

REQUER ainda, seja dada ciência desta decisão à família enlutada, à Rua Major O. Novaes, 929, Castro - PR.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador LUIZ RAIMUNDO GRESTANI, de Ubatã, ocorrido dia 05 de abril do corrente.

O ex-Vereador, cujo falecimento ora lamentamos, era pessoa que gozava de grande conceito em sua região, sendo nosso companheiro político durante vários anos, e deixa uma lacuna difícil de ser preenchida no Município de Ubatã e região.

REQUER ainda, que seja dada ciência deste aos seus familiares na cidade de Ubatã.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente à família da Senhora ADELINA BISS VIEIRA, pelo falecimento ocorrido na cidade de Piraquara, em data de 07 de abril do corrente ano.

REQUER, outrossim, que da decisão da Mesa, seja a família enlutada informada à Rua Vitória Scarante, 442, na cidade supra mencionada.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Dr. RONIE CARDOSO,

ex-Prefeito de Castro, ex-Presidente da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, médico de renome no município, filho do ex-Deputado Libânio Cardoso e membro de tradicional família castrense.

O prematuro passamento do Dr. RONIE CARDOSO, ocorrido no dia 04 próximo passado, veio abalar de forma profunda a sociedade local, onde gozava de grande prestígio e admiração dos muitos amigos e parentes que possuía.

Desta decisão, REQUER, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: R. Major O. Novaes, 929 - CASTRO - PR.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

## REQUERIMENTO

### SÚMULA:

REQUER a constituição de uma Comissão Especial Parlamentar para estudar os critérios para a desapropriação de imóveis em áreas onde serão implantadas barragens.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja constituída Comissão Especial Parlamentar para estudar o problema das desapropriações, composta de 5 (cinco) membros.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) NELSON BUFFARA.

### JUSTIFICATIVA:

As desapropriações em áreas onde serão construídas barragens, tanto para produção de energia elétrica como para reservatórios de água, não estão sendo feitas em níveis de atender as reais necessidades dos proprietários e causam sérios problemas sociais.

As áreas a serem alagadas vão, nos próximos anos, desalojar milhares de pequenos proprietários agrícolas e as experiências com as atuais barragens, notadamente de Itaipu, já demonstram que deixam sérios problemas sociais no Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Dentro de dois anos, doze milhões e 300 mil metros quadrados de terras férteis da colônia Tomás Coelho serão alagadas a fim de possibilitar o reforço no abastecimento de água da Grande Curitiba. Com as terras férteis desaparecerá também a tranquilidade de centenas de lavradores que terão que reiniciar as suas vidas em outros locais.

A barragem é necessária. Mas o que se nota é que o lado social da questão não foi levado em conta. A vila centenária vai desaparecer e com ela colonos, muitos dos quais nasceram ali, terão que reiniciar as suas vidas, mudar os seus costumes e o relacionamento numa nova comunidade.

Além de questão social, um outro ponto nos desperta a atenção. Há necessidade urgente em se estabelecer parâmetros para fixar os valores das desapropriações. O valor real do imóvel não pode ser considerado nestes casos, pois a desapropriação em si já é uma violência contra o

cidadão. É preciso se computar na desapropriação o tempo em que o lavrador deixa de produzir; as despesas que tem para procurar outro imóvel e os gastos naturais para se fixar em novo local.

Outra questão injusta que vemos no caso de Tomás Coelho é a insensibilidade das autoridades. As terras, segundo as previsões dos técnicos, somente serão alagadas dentro de dois anos e os agricultores serão desalojados em poucos meses. Por que não deixar que trabalhem a terra?

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ao propormos a constituição de uma Comissão Parlamentar, para que, em regime de urgência, se encontre uma solução para Tomás Coelho, queremos que essa comissão defina essas questões visando as outras barragens que serão construídas no Paraná. Lembramos que somente na Grande Curitiba estão projetadas uma série de outras obras semelhantes até o ano 2000 e que vão gerar problemas idênticos.

Além da Grande Curitiba o problema também é evidente em outras regiões do Estado, notadamente no Noroeste do Estado onde está projetada a Hidrelétrica de Ilha Grande.

Não podemos permitir que o progresso de nosso Estado seja construído com o sacrifício de considerável parcela de nossa população. Cabe, portanto, a nós Parlamentares, indicar os caminhos para o Governo do Estado e mesmo para o Governo Federal, pois essa questão não pode ficar restrita à frieza das decisões dos tecnocratas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA., Osiris Stenghel Guimarães, no sentido de que aquela autoridade envide esforços para a remoção da velha Estação Ferroviária de Ponta Grossa, bem como da transferência do parque de manobras, localizados em área central daquela cidade, o que considera viável, através da construção de uma variante de cerca de 14 km, a partir da localidade denominada Cará-Cará.

A medida, se acatada, além de não exigir investimento de porte, permitirá a implantação, no local, de vias de circulação e embelezamento dessa importante cidade industrial e universitária do interior paranaense, antiga aspiração da população local.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviada ao Presidente da União Brasileira de Escritores - Fábio Lucas -, moção de apoio à realização, por tal entidade, do Congresso Brasileiro de Escritores/85.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

## JUSTIFICATIVA:

— Há 40 anos atrás, no crepúsculo do Estado Novo, os escritores brasileiros realizavam, em São Paulo, seu Congresso. Agora, e não por coincidência ao fim do regime militar, está convocado novo Congresso, também para São Paulo, nos dias 17 a 21 de abril próximos. Em ambas as ocasiões, um mesmo objetivo político-cultural: respeitar a democracia e garantir a total liberdade de expressão.

Como ninguém, o profissional da palavra se vê castrado em seu mister durante os tempos de obscurantismo. Como nada, a liberdade de expressão é instrumento formador da consciência do cidadão e da sociedade, produzindo a evolução do País através do amadurecimento de seu povo.

A iniciativa de agora merece todo o apoio daqueles que estão interessados no real progresso do Brasil. E isto porque, além de, efetivamente reforçar a nascente e frágil democracia (nossa necessidade maior, no momento), incrementa as possibilidades de desenvolvimento intelectual, cultural e, de consequência, político, da Nação.

Não é por outra razão qualquer que o Paraná lá estará representado por expressiva delegação. O Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, manifestou interesse em apoiar o evento desde o princípio, tendo colaborado expressivamente na viabilização da caravana.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministro da Agricultura PEDRO SIMON, ao Presidente do Banco do Brasil CAMILO CALAZANS, ao Delegado Regional do Ministério da Agricultura-PR e à Comissão de Financiamento da Produção-PR, consubstanciado em solicitação para que a contratação de empresas para o transporte do trigo e outros produtos comprados pelo governo a preço mínimo, seja realizada através de concorrência pública, e que esta concorrência seja feita pelo Banco do Brasil Regional.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

## JUSTIFICATIVA:

É preciso disciplinar com coerência o credenciamento das empresas que transportam os produtos comprados pelo governo a preço mínimo. Vejamos o exemplo do trigo produzido no Oeste do Paraná, principalmente em Palotina e municípios circunvizinhos. Hoje, das 500 mil toneladas produzidas nessa Região, somente 100 mil toneladas foram transportadas por empresas da própria região. As outras 400 mil toneladas foram transportadas por apenas duas outras empresas, que não são da região, as Transportadoras Fátima e Ouro Verde, de Ponta Grossa (PR). E alertamos ainda que as empresas regionais têm todas as condições e estrutura para fazer o referido transporte. A situação fica ainda mais grave porque o referido credenciamento não é feito através de concorrência pública, mas sim pela simples opção da

direção do CRTIN Regional-PR.

Acreditamos que esta prática não condiz com alguns dos princípios básicos da NOVA REPÚBLICA: a descentralização econômica e administrativa e a moralidade no tratamento da coisa pública.

Portanto, justifica-se pelos novos e corretos preceitos do atual governo a solicitação de que a contratação de empresas para o referido transporte seja feita através de concorrência pública, realizada pelas agências regionais do Banco do Brasil.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, M.D. Secretário de Estado da Administração, para que o mesmo determine a implantação de uma agência do IPE (Instituto de Previdência aos Servidores do Estado do Paraná), no Município de Sabáudia, por não existir nesta cidade este serviço previdenciário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o Município de Sabáudia, conta com um grande número de servidores estaduais, visto que, são várias as repartições públicas estaduais lá existentes, como COPEL, BANESTADO, SANEPAR, TELEPAR, escolas, entre outras.

A presente solicitação está sendo feita pelo Sr. Prefeito Municipal, bem como pelos líderes políticos da região e seus servidores estaduais.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores DOUTOR JOSÉ RICHÁ, Governador do Estado, DOUTOR JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, Secretário de Estado da Administração, PROFESSORA GILDA POLI ROCHA LOURES, Secretária de Estado da Educação, e ao DOUTOR LUIZ ALBERTO PINTO CARVALHO, Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, contendo apelos para que seja construído o mais breve possível, um novo prédio em alvenaria, para abrigar o Colégio Estadual PARIGOT DE SOUZA, da cidade de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Conforme se pode verificar no relato da Professora ISMERALDA CECÍLIA FLECK, Inspetora Estadual de Educação do Município de Inácio Martins, contido no ofício n.º 015/85, o atual prédio onde se localiza o Colégio Estadual PARIGOT DE SOUZA daquela localidade, vem colocando

em perigo a segurança física dos alunos matriculados naquele estabelecimento de ensino, que se encontra em estado precário, com as paredes sem reboco e escoradas com esteios de madeiras, com problemas nas instalações hidráulicas e de esgotos, que poderá ocorrer sérios riscos nas instalações elétricas caso uma daquelas paredes venha a sofrer desmoronamento.

Apelamos para que o problema tenha uma solução imediata, e ainda neste primeiro semestre escolar, pois a nosso ver, aqueles alunos poderão ficar desabrigados de uma hora para outra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ministro do Trabalho, Ministro Chefe da Casa Civil, Ministro da Justiça e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em que solicita providências imediatas visando a criação de Junta de Conciliação e Julgamento na Comarca de Foz do Iguaçu — PR.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) SÉRGIO SPADA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, o Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, o Departamento Trabalhista do PMDB, todos organismos do Município de Foz do Iguaçu — PR, ao lado da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado do Paraná e de vários institutos da sociedade civil organizada de Foz do Iguaçu, reivindicam, desde 1979, a criação de Junta de Conciliação e Julgamento em Foz do Iguaçu.

Este pleito decorre do sobrestamento da Justiça Comum nos diversos campos, já não podendo mais responder à demanda resultante da desativação de obras na usina hidrelétrica de Itaipu, da consolidação do município como pólo turístico vital no país e do agravamento mais geral das condições de vida e trabalho das classes assalariadas, que crescentemente recorrem à Justiça para a resolução de contendas trabalhistas.

No Fórum de Foz do Iguaçu existem atualmente um total de 4607 processos em andamento na 1ª Vara Cível; 1262 na Vara de Família e 607 processos de menores na mesma Vara; 1250 processos penais na Vara Criminal e 300 precatórias. Deste montante existem, na 1ª Vara Cível, 185 processos trabalhistas em andamento, e, na 2ª Vara, 350 processos. Em meado do ano de 1984, mais de 7 mil trabalhadores recorreram à Justiça local contra desmandos e irregularidades praticadas pela UNICON (consórcio de construtoras de Itaipu), sem contar o número de reclamantes de uma rede de mais de 100 hotéis, 50 estabelecimentos bancários e centenas de estabelecimentos comerciais e pequenas e médias indústrias.

A par disso, é evidente que se agravaram, nos últimos seis anos, as contradições sociais. O desemprego e subemprego delineiam uma situação de extremas injustiças. No Brasil, projeta-se a necessidade de criação de mais de 250 Juntas de Conciliação e Julgamento. Só no Paraná exige-se a implantação de cerca de 19 Juntas. Entretanto, de 78 a 84, na gestão do Presidente General Figueiredo, não se tem notícia da criação de uma sequer Junta de Conciliação e Julgamento, fato inédito na história da República Brasileira. Entre nós, paranaenses, há cidades como Foz do Iguaçu, Cascavel, Telêmaco Borba, Cianorte, Toledo, Pato Branco e Francisco Beltrão em que a inexistência dessas Juntas, por concentrarem amplos contingentes de trabalhadores, é absolutamente inexplicável.

Particularmente, a situação do Judiciário em Foz do Iguaçu se agrava com recente decisão, por voto de minerva, do Tribunal Regional do Trabalho, subtraindo da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil do Paraná a representação jurídica dos mais de 7 mil trabalhadores reclamantes contra a UNICON. É verdade, entretanto, que os trabalhadores recorrerão da decisão junto ao Tribunal Superior do Trabalho, pois que é virtualmente impraticável a apreciação caso a caso de sete mil reclamantes.

Com efeito, finalmente, os obstáculos à criação da Junta de Conciliação e Julgamento em Foz do Iguaçu subordinam-se aos interesses condominiais da UNICON em combinação com alguns cartórios e grupos econômicos empregadores, todos avessos à organização dos trabalhadores em defesa dos seus direitos. Neste sentido, urge, em obediência aos interesses da comunidade, imediata providência de criação de Junta de Conciliação e Julgamento na Comarca de Foz do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Ministro dos Transportes para que, através da Rede Ferroviária Federal, seja doada aos moradores da Vila Vicente Macedo, no Horto Florestal da Rede Ferroviária Federal, área esta adquirida recentemente pelo Estado.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação necessária se faz, pelo fato da Associação dos Moradores Vila Vicente Macedo "AMOVINA" almejar uma pequena área para lazer e criada recentemente não dispõe de recursos para assumir compromissos de tal ordem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, solicitando o que se segue:

- 1 - Cópia da Portaria n.º 69/85 - DG-CC;
- 2 - Cópia do Ofício n.º 02/85, do Coordenador da Central de Adiantamentos da Governadoria;
- 3 - Cópia de todas as peças da sindicância instaurada pela Portaria n.º 69/85-DG-CC;
- 4 - Que seja informado a este Legislativo a descrição de todos os gastos efetuados no exercício de 1984, no elemento de despesas 3.1.2.0 (Material de Consumo), nas unidades Orçamentárias 0901 - Gabinete do Secretário da C.C., 0903 - Diretoria Geral da C.C., 0904 (Subchefia de Cerimonial e 0906 - Casa Militar, indicando quanto foi dispendido em cada grupo de itens e especificando, detalhadamente, os gastos efetuados em cada um dos itens do grupo "aquisição de mercadorias de gêneros de alimentação em geral";
- 5 - Que seja informado também qual foi o gasto, em 1984, nas Unidades Orçamentárias 0901 - Gabinete do Secretário da C.C., 0904 - Subchefia do Cerimonial, 0903 - Diretoria Geral da C.C. e 0906 - Casa Militar, com o pagamento de "Diárias", esclarecendo o nome dos funcionários que as receberam e quanto cada um recebeu no exercício de 1984.
- 6 - Qual(is) o(s) responsável(is) pela aplicação e o controle das verbas dos itens 4 e 5 deste requerimento;
- 7 - Nos planos de aplicação do orçamento das Unidades Orçamentárias 0901 - Gabinete do Secretário da C.C., 0903 - Diretoria Geral da C.C., 0904 - Subchefia do Cerimonial e 0906 - Casa Militar, qual o valor destinado às despesas com "aquisição de mercadorias de gêneros de alimentação em geral" e com "pagamento de diárias".

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Líder da Bancada do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

Em face de denúncias veiculadas por órgãos de comunicação, de que teria havido desvio de milhões de cruzeiros da verba secreta do Governador do Estado, o Senhor Chefe da Casa Civil apressou-se em dar esclarecimentos sobre o ocorrido, reconhecendo a existência de irregularidades, consistentes em falsificação de notas fiscais e em compras fraudulentas.

A Nota Oficial distribuída pelo Senhor Chefe da Casa Civil não esclarece por inteiro os fatos relacionados a este episódio, e para que eles não fiquem confinados nos escaninhos do Palácio Iguaçu mas sejam dados à público para o esclarecimento da opinião pública é que solicitamos as informações contidas neste requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELÍZIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a instalação de uma AGÊNCIA DO BANESTADO na Cidade de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ORLANDO PESSUTTI.

#### JUSTIFICATIVA:

O significativo desenvolvimento econômico e social de Grandes Rios, cuja população, entre urbana e rural é de mais de 35.819. Na área da Agropecuária, conta com 4.649 estabelecimentos; na área industrial, 20 estabelecimentos; na área do comércio atuam 37 atacadistas e 205 varejistas (dados obtidos no censo de 1980).

Grandes Rios merece contar com a Agência do BANESTADO - Banco genuinamente paranaense.

Por outro lado, a instalação de uma Agência do BANESTADO, tem sido objeto de reivindicação por parte da própria comunidade, o que por si só justifica este pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELÍZIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a instalação de POSTOS DE SERVIÇOS e/ou POSTOS AVANÇADOS do BANESTADO, nos Distritos de: 1) ROSÁRIO; 2) RIBEIRÃO BONITO; 3) RIO BRANCO; 4) CAMPINEIRO DO SUL - todos no Município de GRANDES RIOS.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Os Distritos de Rosário, RIBEIRÃO BONITO, RIO BRANCO e CAMPINEIRO DO SUL - todos no Município de Grandes Rios, são localidades que congregam comunidades que necessitam contar com um POSTO DE SERVIÇO e/ou um POSTO AVANÇADO do BANESTADO.

Esta reivindicação poderá parecer de pouca relevância, contudo, os moradores dessas localidades percorrem longas distâncias para chegarem a uma Agência Bancária.

Um POSTO DE SERVIÇO e/ou um POSTO AVANÇADO DO BANESTADO, será de grande valia e virá ao encontro das aspirações dos moradores daqueles Distritos.



REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELIZIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a instalação de POSTOS AVANÇADOS e/ou POSTOS DE SERVIÇO do BANESTADO, nos seguintes Distritos: 1) ARIRANHA; 2) JACUTINGA; 3) ALTO PORÃ; 4) ARAPUÃ e ROMEÓPOLIS, todos no Município de IVAIPORÃ.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Os Distritos de ARIRANHA, JACUTINGA, ALTO PORÃ, ARAPUÃ e ROMEÓPOLIS - todos no Município de IVAIPORÃ, congregam comunidades que necessitam contar com um POSTO DE SERVIÇO e/ou um POSTO AVANÇADO do BANESTADO.

Esta reivindicação poderá aparecer de pouca relevância, contudo, os moradores dessas localidades, percorrem longas distâncias para chegarem até a sede de uma Agência Bancária.

A Instalação de um POSTO DE SERVIÇO e/ou de um POSTO AVANÇADO do BANESTADO naqueles Distritos, será de grande valia e virá ao encontro das aspirações dos moradores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELIZIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a criação e instalação de um POSTO AVANÇADO DE SERVIÇO e/ou um POSTO AVANÇADO do BANESTADO, na localidade de BARRA SANTA SALETE, Município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O aumento populacional, econômico e social de BARRA SANTA SALETE - Município de Manoel Ribas, justifica plenamente a instalação de um POSTO AVANÇADO e/ou um POSTO DE SERVIÇO do BANESTADO naquele Distrito.

Essa reivindicação vem sendo aguardada há muito tempo pela comunidade que, dessa forma, não mais precisará deslocar-se até a sede do Município à procura de uma Agência Bancária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELIZIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a criação e instalação de um POSTO AVANÇADO DE SERVIÇO e/ou um POSTO AVANÇADO do BANESTADO, na localidade de MARISA - Município de São PEDRO DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O significativo aumento econômico e social do Distrito de MARISA - Município de SÃO PEDRO DO IVAÍ, justifica plenamente a instalação de um POSTO AVANÇADO e/ou um POSTO DE SERVIÇO do BANESTADO naquele Distrito.

Esta reivindicação vem sendo aguardada há muito tempo pela comunidade que, dessa forma, não mais precisará percorrer longas distâncias para procurar uma Agência do BANESTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELIZIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a instalação de uma AGÊNCIA DO BANESTADO na Cidade de SÃO PEDRO DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O significativo desenvolvimento econômico e social de SÃO PEDRO DO IVAÍ, cuja população, entre urbana e rural é de mais de 10.461. Na área da Agropecuária, conta com 566 estabelecimentos; na área industrial, 17 estabelecimentos, entre os quais destaca-se a Destilaria de Alcool; na área do comércio, atuam 9 atacadistas e 67 Varejistas (dados obtidos do último censo de 1980).

SÃO PEDRO DO IVAÍ merece contar com uma AGÊNCIA DO BANESTADO - BANCO GENUINAMENTE PARANAENSE.

Por outro lado, a instalação de uma agência do BANESTADO, tem sido objeto de reivindicação por parte da própria comunidade, o que por si só, justifica este pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor



Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELIZIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a instalação de uma AGÊNCIA e/ou POSTO DE SERVIÇO DO BANESTADO na localidade de MAUÁ - Município de MARILÂNDIA DO SUL.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de MAUÁ, apresenta franco e progressivo desenvolvimento, tanto industrial, como agropecuário. Sua expansão demográfica é, igualmente, bastante significativa.

A instalação de uma AGÊNCIA e/ou POSTO DE SERVIÇO do BANESTADO, é uma reivindicação há muito tempo aguardada por aquela comunidade e, sem dúvida, corresponderá as aspirações de todos os setores atuantes daquele Distrito, bem como da comunidade em geral.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando sejam tomadas urgentes providências a fim de serem apuradas as responsabilidades no atentado ocorrido na noite de 5 do corrente mês, contra a residência do Prefeito Municipal de Guapirama, Senhor Alciomar Antonio da Silva.

Tal solicitação se faz, tendo em vista que através da Delegacia de Guapirama, não houve até agora qualquer providência visando esclarecer o fato delituoso ali ocorrido, quando houve tentativa de ateamento de fogo na residência do Prefeito.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) GABRIEL MANOEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, votos de congratulações à pessoa do Senhor LEONIDAS DIAS, idealizador proprietário da FOLHA DE TAMANDARÉ, extensivo à comunidade local, por ocasião do lançamento.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz lembrar, que com o lançamento da FOLHA DE TAMANDARÉ, que leva o nome do Município, irá beneficiar à comunidade, elevando ainda mais, a Rodovia dos Minérios.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente à Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, solicitando que a mesma interceda junto à Viação Graciosa, um transporte gratuito, para dar atendimento aos alunos carentes da cidade de Matinhos que estudam em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de se tratar de alunos carentes, bem como, devido ao elevado aumento das passagens, causando assim, sérios problemas para o orçamento dos familiares, que na maioria são assalariados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Doutor Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Secretaria dos Transportes, solicitando que medidas urgentes sejam tomadas, no sentido de efetuar reparos na Estrada do Cambará que liga Paranaguá a Matinhos.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação Senhor Presidente, necessário se faz, pois, devido à precariedade das estradas impossibilitando a Viação Graciosa, que atende aquela região de Matinhos, chegar até a Colônia Pereira, prejudicando toda a população da Colônia Cambará e o Bairro de Sertãozinho, respectivamente da cidade de Matinhos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, a quem está vinculada diretamente a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando seja informado a esta Assembléia o que segue:

1 - Quais os critérios adotados pela COPEL para lançamentos das faturas mensais de energia elétrica dos consumidores residenciais;

2 - Quais as razões das variações verificadas nas faturas em relação ao valor unitário do Kilowatt consumido;

3- Se a COPEL tem autorização legal para efetuar as alterações no valor unitário do

Kilowatt consumido, uma vez que se observa a ocorrência de tal variação sem que tenha havido reajuste tarifário, e se há essa autorização qual o instrumento autorizatório;

4 - Qual o critério para o cálculo do desconto concedido sobre o importe total da fatura de energia elétrica;

5 - Qual o montante das despesas com a produção e veiculação da atual campanha destinada a motivar os consumidores a economizar energia elétrica, campanha essa com inserções em todos os canais de televisão;

As razões dessas indagações estão expostas na justificativa integrante deste pedido de informações.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder da Bancada do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

Muitas têm sido as reclamações por parte da população contra as variações verificadas nas faturas mensais de energia elétrica emitidas pela COPEL, contra a falta de critério para o cálculo do valor devido pelo consumo da energia.

A análise dessas faturas leva a algumas observações interessantes e preocupantes, preocupação em relação ao poder discricionário da empresa paranaense concessionária dos serviços de energia elétrica. Para ilustração, reproduzimos aqui os resultados da análise que fizemos de uma dessas faturas, e o que ocorre com esse consumidor deve ocorrer com todos os demais. essas são as constatações:

A partir da fatura do mês de abril de 1983, inclusive, já houve sete reajustes, conforme indicado no rodapé dos talonários.

Nos 21 meses decorridos entre a conta de abril de 1983, e a de fevereiro de 1984, não há um mês em que o valor unitário do Kilowatt consumido seja uniforme, isto é, varia de mês a mês.

No talão com vencimento no mês de abril de 1983, já com o reajuste concedido a partir de 07 de março, o preço do Kilowatt consumido é de Cr\$ 14,35. Já no mês seguinte, de maio, esse valor eleva-se para Cr\$ 14,99, uma variação de 4%, sem referência a qualquer autorização para o novo reajustamento.

No talão com vencimento no mês de junho daquele ano, com reajuste concedido a partir de 15 de maio, o valor unitário do Kilowatt - a divisão do importe líquido pelo número de Kilowatts consumidos - passa para Cr\$ 17,94. Já no mês seguinte esse valor salta para Cr\$ 19,22, uma variação de 9%.

No talão do mês de setembro de 1983, com o reajuste concedido a partir de 16 do

mês anterior, e portanto incluindo a diferença de parte do mês de agosto, o valor unitário é de Cr\$ 22,49. Em outubro eleva-se para Cr\$ 25,76, um acréscimo percentual de 14 pontos, injustificável.

Incompreensível também é o que se observa no período de abril a agosto de 1984. Nos talonários correspondentes a esse período não consta qualquer referência a novos valores de tarifa. Em abril de 84, o valor unitário do Kilowatt é de Cr\$ 43,42. Em agosto, para um mesmo nível de consumo, o valor é de Cr\$ 57,72. Em setembro de 84 o valor é de Cr\$ 72,79, incluindo por certo da diferença do reajuste concedido a partir de 6 de agosto. Já em outubro o valor é de Cr\$ 75,72.

Essas variações não são compreendidas pela população, que não pode ficar a mercê do poder discricionário da COPEL ou de qualquer empresa ou órgão público, enfim do Estado.

Outra indagação que se faz é quanto aos critérios adotados para a concessão do desconto que aparece nos talonários. Esses descontos variam também de mês para mês. Deve haver algum critério para o seu cálculo, mas o que acontece é que não há.

Outra reclamação que se faz é quanto ao fato de nada adiantar economizar energia se não há uma redução correspondente no valor fatura de energia elétrica, e isso ocorre notadamente quando a família passa a maior parte do mês fora de casa, em férias, mas tem que pagar a média habitual de consumo.

Esse tipo de reclamação nos faz indagar por que se está gastando preciosos recursos com uma campanha que se presume milionária a fim de induzir o povo a economizar energia elétrica.

O negócio da COPEL é produzir, transmitir, distribuir e vender energia a seus consumidores, daí afiguram-se como contra-senso apelo no sentido de que se consuma menos, a não ser que a produção esteja situada em níveis não compatíveis com a demanda, hipótese que parece não ser correta, já que, conforme os dados da própria COPEL, a geração bruta de energia no Estado aumentou de 7,3 bilhões de Kwh/h em 1980 para 19,9 bilhões em 1984, enquanto o consumo, nesse período, aumentou de 5,3 bilhões para 7,2 bilhões, o que, inclusive, não justifica o apodamento com que se está construindo a nova central geradora de Segredo.

O fato é que há distorções nos lançamentos dos valores das faturas de energia elétrica e cabe ao Legislativo defender os interesses da população, fazendo com que, através de pedidos de informações, as distorções existentes sejam corrigidas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido da liberação de uma viatura devidamente equipada para o comando da polícia localizado na Municipalidade de Ubiratã.

Tal reivindicação é, na verdade, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Egon Ficher, integrante do Poder Legislativo Municipal, que, segundo ele próprio, o comando policial existente naquela cidade, vem tendo inúmeras dificuldades para o desenvolvimento do seu trabalho, onde até mesmo a captura e prisão de marginais, representa sérios transtornos.

Fora de qualquer dúvida que a preocupação do mencionado Vereador é também da comunidade de um modo geral, que deseja, o mais breve possível, mais segurança, notadamente no que se refere à estrutura policial, em termos de equipamento.

É de capital importância o atendimento da presente solicitação, o que se espera dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo, a liberação de carteiras escolares para o Colégio de Campina da Lagoa - Ensino de 1.º e 2.º Graus.

Tendo em vista o grande número de pessoas que foram matriculadas naquele conceituado estabelecimento de ensino, pertencente à rede estadual, verificou-se um problema: a falta de carteiras para todos os estudantes, que inclusive, atualmente têm, por muitas vezes, que dividir sua carteira com outro colega.

Neste sentido, diante do motivo ora exposto, espera-se dessa Fundação e Secretaria de Estado da Educação, o pronto atendimento de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças solicitando seja informada esta Casa se está ocorrendo a propalada retenção dos depósitos em caderneta de poupança até o limite de 3.000 UPC, depósitos esses oriundos do Grupo Habitasul assimilados pelo BANESTADO, retenção, no caso afirmativo, incabível em vista da liberação das autoridades monetárias.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder da Bancada do PDS.

## JUSTIFICATIVA:

Este Deputado tem recebido inúmeras reclamações por parte de depositantes em caderneta de poupança do Grupo Habitasul, de que o BANESTADO, que assimilou parte das cadernetas do grupo gaúcho, está retendo de forma injustificável o dinheiro dos depositantes mesmo baixo do limite das 3.000 UPCs.

Segundo o entendimento dos queixosos, tal procedimento só pode ser explicado por dois motivos: os gerentes ganham comissão sobre os depósitos não movimentados e a retenção anunciada para até o final do mês de junho tem por finalidade contribuir para o fechamento do balanço do 1.º semestre.

Este Deputado foi informado também que os funcionários do Grupo Habitasul que deveriam ser admitidos pelo Banco do Estado não o foram, contrariando acordo firmado no sentido de se garantir o emprego do pessoal da Habitasul.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Coordenadoria da Receita do Estado, através da Secretaria de Estado das Finanças, solicitando as seguintes informações:

- Quantos são e onde se localizam os imóveis de funcionários da SEFI, locados à Coordenadoria da Receita do Estado, e qual a finalidade das locações?

- Quais as datas de início e fim de cada contrato em vigor atualmente?

- Qual o valor de cada locação e o nome dos locadores?

- Desde quando vem sendo efetuados os contratos deste tipo?

- Qual a data de início e fim dos contratos já vencidos ou rescindidos e o nome dos locadores?

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

Feita em Plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa e Leis, o Requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Guaratuba, que REQUER imediatas providências quanto ao problema suscitado pela construção da Avenida Beira-Mar, naquele balneário, e também que seja feito um voto de regozijo aos Vereadores nominados no referido Requerimento, por seu posicionamento independente, tomado em prol da coletividade.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, transcrição nos Anais desta Casa, da matéria intitulada "As intervenções nos bancos e os direitos dos investidores", de autoria do Advogado e Jornalista José Alberto Dietrich Filho, de Cascavel, publicada na edição do dia 06 de março do corrente, do jornal Gazeta Mercantil.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI N.º 36/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica denominada de rodovia "PREFEITO JOÃO BATISTA DISTEFANO", a PR-151, que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo e este ao Município de Palmeira.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08/04/85.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Através do presente plano de lei, pretendemos prestar uma justa homenagem ao ilustre homem público, que dedicou sua vida para o engrandecimento da região, conforme bem demonstra nossa justificativa.

Nascido em São João do Triunfo em 30 de julho de 1908. filho de José Antônio

Distefano e Constantina Ferreira

Distefano, João Batista Distefano viveu em sua cidade natal até os 17 anos de idade, época em que ficou órfão de mãe.

Mudou-se então para Mallet, onde empregou-se como balconista na casa comercial de Esperidião Hauagge.

Trabalhou até os 23 anos no comércio nas cidades de Mallet e Rebouças, vindo para São Mateus do Sul em 1931. Aqui foi nomeado pelo então Prefeito Municipal Bernardo Amaral Walff, no cargo de professor subvencionado federal, na localidade de Faxinal dos Ilhéus, sendo o 1.º professor nomeado para aquela localidade, com o ordenado de 150 mil réis mensais.

Como professor atuou até dezembro de 1939, quando foi exonerado, para dedicar-se a outra atividade.

Instalou-se com comércio de bebidas em geral, nesta cidade, atividade que desenvolveu logo em seguida em paralelo com o bar e sorveteria.

Em 1942, passou a dedicar-se também à navegação fluvial no Rio Iguaçu. Mais tarde, constituindo a firma Gugelmin & Distefano, juntamente com seu sócio Albino Gugelmin, dedicou-se à indústria de madeira instalando uma serraria e beneficiamento.

Em 1947, elegeu-se Prefeito Municipal, pela coligação de três partidos: PTB, UDN e PR.

Na sua gestão foram construídas várias casa escolares no município, conseguiu junto ao governador do Estado, a criação do Ginásio, a instalação do 11.º Distrito rodoviário, o Posto de Puericultura, o Posto de Higiene, a Cadeia Pública, a localização da Ponte sobre o rio Iguaçu, no lugar onde hoje se encontra, o que na época trouxe um grande desenvolvimento principalmente para o comércio, adquiriu uma patrulha mecanizada para incremento à agricultura, constituída de trilhadeiras e um pequeno trator agrícola, desenvolveu a granja municipal, fomentando a criação de gado leiteiro, com a aquisição de matrizes e reprodutores de raça.

Adquiriu por compra, uma usina termoelétrica, a qual passou a funcionar no período diurno, possibilitando a instalação de motores elétricos para o abastecimento de água das residências e motores em pequenas indústrias.

Adquiriu, ainda, um caminhão à gasolina, construiu várias pontes e bueiros nos diversos bairros.

Eleito novamente em 1959, iniciou o calçamento da cidade, adquiriu uma motoniveladora, conseguiu a construção da atual agência dos correios e telégrafos. Nesta gestão, governou sem a ajuda do governo do Estado, que por ser de partido político adversário, nunca atendeu a nenhuma das suas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto, evidentemente, é polêmico. Os Senhores Deputados sabem perfeitamente que problemas desagradáveis têm gerado aos agricultores do nosso Estado, a desapropriação de terras para efeito de construção de represas, etc. Um caso ocorre hoje em Araucária, na Colônia Tomás Coelho. Em razão desses acontecimentos, estamos requerendo a constituição de uma Comissão Especial parlamentar, para estudar os critérios para desapropriação de imóveis, em áreas onde serão implantadas barragens. (Lê):

"Senhor Presidente:"

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja constituída Comissão Especial parlamentar para estudar o problema das desapropriações.

#### JUSTIFICATIVA:

As desapropriações em área onde serão construídas barragens, tanto para produção de energia elétrica, como para reservatórios de água, não estão sendo feitas em níveis de atender as reais necessidades dos proprietários e causam sérios problemas sociais.

As áreas a serem alagadas, vão nos próximos anos, desalojar milhares de pequenos proprietários agrícolas e as experiências com as atuais barragens, notadamente de Itaipu, já demonstram que deixam sérios problemas sociais no Estado.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados.

Dentro de dois anos, dois milhões e 300 mil metros quadrados de terras férteis da Colônia Tomás Coelho, serão alagadas a fim de possibilitar o reforço no abastecimento da água da grande Curitiba. Com as terras férteis, desaparecerá também, a tranquilidade de centenas de lavradores que terão que reiniciar as suas vidas em outros locais.

A barragem é necessária. Mas o que se nota é que o lado social da questão, não foi levado em conta. A vila centenária vai desaparecer e com ela colonos, muitos dos quais nasceram ali, terão que reiniciar as suas vidas, mudar os seus costumes e o relacionamento numa nova comunidade.

Além da questão social um outro ponto nos desperta a atenção. Há necessidade urgente em se estabelecer parâmetros para fixar os valores das desapropriações. O valor real do imóvel não pode ser considerado nestes casos pois a desapropriação em si já é uma violência contra o cidadão.

É preciso se computar na desapropriação o tempo em que o lavrador deixa de produzir; as despesas que tem para procurar outro imóvel e os gastos naturais para se fixar em novo local.

Outra questão injusta que vemos no caso de Tomás Coelho é a insensibilidade das autoridades. As terras, segundo as previsões dos técnicos, somente serão alagadas dentro de dois anos e os agricultores serão desalojados em poucos meses. Por que não deixar que trabalhem a terra?

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados.

Ao propormos a constituição de uma Comissão Parlamentar, para que em regime de urgência se encontre uma solução para Tomás Coelho, queremos que essa comissão defina essas questões visando as outras barragens que serão construídas no Paraná. Lembramos que somente na grande Curitiba estão projetadas uma série de outras obras semelhantes até o ano dois mil e que vão gerar problemas idênticos.

Além da grande Curitiba o problema também é evidente em outras regiões do Estado, notadamente, no Noroeste do Estado onde está projetada a Hidroelétrica de Ilha Grande.

Não podemos permitir que o progresso de nosso Estado seja construído com o sacrifício de considerável parcela de nossa população. Cabe, portanto, a nós Parlamentares, indicar os caminhos para o Governo do Estado e mesmo para o Governo Federal, pois essa questão não pode ficar restrita à frieza das decisões dos tecnocratas.

Era esta a razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nos trouxe à tribuna e entendemos que o assunto é de capital importância. O Deputado Líder da Bancada do PMDB, Caíto Quintana, teve oportunidade em ocasiões anteriores, de analisar também o problema que hoje analisamos. Razão pela qual, pedimos a participação do Deputado Caíto Quintana, nesse nosso requerimento, para que, junto conosco, possamos encontrar uma solução, a fim de minorar, de reduzir, o problema que aflige centenas de agricultores do Paraná e que se sentem injustiçados com a maneira gritante e injusta como eles são tratados.

Obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Consternado, cumpro o dever de registrar o falecimento ocorrido no último dia 4, 5.<sup>a</sup> feira, em acidente rodoviário, do médico Ronie Cardoso, ex-Prefeito Municipal de Castro e ex-Presidente da Associação dos Municípios de Campos Gerais.

O acidente em questão, ocorreu nas proximidades do Município de Carambeí, por volta das 19 horas, em noite escura e chuvosa, em estrada mal sinalizada, com alto índice de tráfego, isto quando o mesmo voltava à sua cidade, após cumprir dever profissional de atender naquela localidade uma paciente impossibilitada de se locomover.

O Doutor Ronie Cardoso, era filho do ex-Deputado Libânio Cardoso, de saudosa memória, e de dona Regina Nardi Cardoso, era casado com Dona Rosina Pereira Jorge Cardoso e deixatrês filhos: Ronie Filho, Ronaldo e Rosana.

Era irmão do Doutor Roberto Cardoso, Diretor de Recursos Humanos da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S.A., no Paraná, do outor Reinaldo Cardoso, Diretor da Casa de Saúde Cardoso, de Castro, do Doutor Ricardo Cardoso, médico naquela cidade.

O passamento prematuro de Ronie Cardoso, aos 48 anos de idade, abre enorme lacuna no seio da família Cardoso, da sociedade castrense e da comunidade regional dos Campos Gerais, face às suas qualidades de pai exemplar, médico humanitário, de empresário realizador e de liderança política reconhecida e aceita por aqueles que o conheceram. Viveu com grande intensidade, sendo vitorioso em todos os setores de atividade onde atuou, sem que, para tanto, isso implicasse em competição desleal ou provocasse o cerceamento de oportunidade a outros com os quais conviveu.

Governou o Município de Castro em sintonia com a Câmara de Vereadores; como homem público consciente, sempre esteve identificado com os anseios e aspirações de sua terra e de sua gente.

No desempenho da administração municipal realizou um grande trabalho que o destacou como Prefeito capaz e político competente, admirado na região e no Estado. Fora do Poder Público, serviu ainda mais o povo de sua cidade, no exercício da medicina, o que contribuiu para que a ausência de mandato popular não lhe trouxesse, o esquecimento e o anonimato, por este motivo, Ronie Cardoso

não temia o ostracismo político e preparava, desde logo, desinteressadamente o seu retorno natural às lides políticas.

Construiu, com sua maneira simples e útil de servir, a sua imagem e o seu conceito, como modelando a própria estátua em material mais resistente do que o bronze no coração e na consciência do povo castrense!

Viveu com rapidez e não o fez em vão! Deixou para atenuar a dor da sua ausência as suas obras e os seus exemplos.

Manifesto, pois, desta tribuna, à família Cardoso, e ao povo de Castro os meus sentimentos pelo infausto passamento do amigo Ronie Cardoso.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) -

Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor

Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Governo da Nova República prepara-se para implantar, em Brasília, uma central de transportes, seguindo o exemplo pioneiro do Paraná.

Durante a realização do Encontro Nacional de Secretários de Administração, realizado em Foz do Iguaçu, o Ministro da Administração, Doutor Aloizio Alves e o seu Diretor Geral, ex-Deputado Miro Teixeira, tomaram conhecimento da existência no Paraná, de uma Central de Transportes criada no Governo de José Richa para racionalizar o transporte de funcionários estaduais em Curitiba. A medida, recentemente implantada pelo Secretário Doutor José Olímpio de Paula Xavier, vem apresentando excelentes resultados, como já tive oportunidade de narrar neste plenário.

Entusiasmado com a pioneira iniciativa paranaense, o Ministro Aloizio Alves convidou o Secretário paranaense para fazer uma exposição sobre o assunto, em Brasília, no último dia 2. A palestra foi assitada pelo próprio Ministro, pelo Diretor Geral do órgão e pelos principais assessores daquele Ministério.

Após a apresentação de como está funcionando a Central de Transportes em Curitiba, dos resultados positivos até agora obtidos e dos estudos que estão sendo feitos para ampliação do serviço, o Ministro da Administração solicitou ao Doutor José Olímpio de Paula Xavier, o envio a Brasília de uma equipe paranaense, para iniciar a implantação de serviços idênticos na Capital Federal. Nos próximos dias, alguns funcionários do Governo do Paraná serão enviados ao Planalto para dar início ao trabalho de repasse dos

conhecimentos paranaenses aos técnicos do Governo Federal.

Ao abordar este assunto o faço com orgulho, pois vejo que o Paraná é visto hoje como um Estado administrado exemplarmente. As iniciativas honestas e inteligentes que têm sido tomadas pela equipe comandada pelo Governador José Richa, continuam sendo adotados em outros Estados e, agora, pela própria União. Isso é prova de que Richa está no caminho certo.

Desta tribuna, cumprimento o nosso governador e ressalto o trabalho persistente do Doutor José Olímpio de Paula Xavier e de sua equipe, com os quais me parabenizo.

Obrigado."

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Aproveito a oportunidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados para manifestar a minha solidariedade ao pronunciamento feito há pouco, pelo Senhor Deputado Odeni Mongruel assinalando o acidente fatídico que tirou a vida de um grande homem público que foi o ex-Prefeito de Castro, Ronie Cardoso.

Embora estivesse sempre do lado oposto ao do ex-Prefeito de Castro, devo reconhecer nele uma pessoa humana, que granjeou muitas simpatias entre os seus munícipes.

Lamento profundamente o acidente, e lamento também que, agora não tenham sido tomadas providências para a construção da terceira faixa de rolamento do trecho Ponta-Grossa - Castro que apresenta um movimento idêntico àquele que se verifica entre Ponta-Grossa e Curitiba.

Quem sabe, futuramente estas medidas sejam tomadas para que outras preciosas vidas humanas não sejam ceifadas naquele trecho, onde os acidentes fatais estão ocorrendo praticamente todos os dias.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Gilberto Carvalho)

Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O que nos traz à tribuna, hoje, é um requerimento vasado nos termos a pedir ao Senhor Secretário de Segurança Pública, para que o Senhor Delegado Regional de Jacarezinho assuma a responsabilidade do que houve na noite de ontem, em Guapirama, para que a desilusão, para que, Senhores Deputados, o Governo participativo não tenha participação com os marginais.

Porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ontem a Casa do Prefeito de Guapirama foi violentada por elementos do

PMDB, elementos que estão denegrindo este Governo que se diz participativo. E temos a responsabilidade de vir aqui defender o nosso povo e a nossa gente.

Fora ontem, à meia-noite, que o marginal que já está identificado, jogou um tamborete de querosene e um tamborete de gasolina na casa do Senhor Prefeito.

Graças a Deus, a sua família ainda estava assistindo televisão quando o fogo fora debelado. O Prefeito recorreu ao Delegado do Governo participativo do PMDB, este Governo que não queremos julgar, este Governo que nós acreditamos e acreditávamos.

Então, neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o ilustre Delegados "calça-curta" não tomou providências. Foram a Jacarezinho reclamar e pedir justiça a Sua Excelência, o ilustre Delegado Regional, que viesse ou mandasse alguém a Guapirama apenas para botar panos quentes. E nesta hora e neste momento, reclamamos por justiça, ao Senhor Secretário de Segurança Pública, porque o marginal, porque o homem do atentado pertence ao PMDB, e está solto nas ruas a ameaçar a tranqüilidade do povo ordeiro de nossa terra.

Onde está o governo participativo? Não quero julgar o Senhor Secretário porque talvez não saiba dos fatos.

Mas a sua clã, o esquema montado pelos grandes salvadores da Pátria está aí a atormentar o povo. E nós humildemente, pertencendo à bancada do PDS estamos clamando por justiça.

Queríamos, neste instante, Senhor Presidente, que se ouvisse a voz da Assembléia, porque os marginais que compõem um membro da Secretaria de Segurança Pública, em Jacarezinho, não tomam providências, o suspeito está lá a desafiar o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Senhor Deputado, lamento informar, mas encerrou seu horário; peço escusas à Vossa Excelência e vou dar a palavra ao próximo deputado, Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana que passou a imprensa local divulgou que um ex-funcionário da Secretaria de Finanças estava denunciando a existência de contratos de locação firmados pela Coordenadoria de Receita do Estado, eivados de ilegalidade e imoralidade.

Conhecedor que sou da capacidade e condição moral daqueles que dirigem atualmente a Secretaria de Finanças, não poderia deixar que tal denúncia ficasse nos ouvidos de todos sem uma explicação



por parte daquele Órgão de Governo. E por esta razão estou apresentando hoje, um Pedido de Informações no sentido de que a Secretaria responda os seguintes quesitos: Primeiro: Quantos são e onde se localizam os imóveis de funcionários da SEFI, locados à Coordenadoria da Receita do Estado, e qual a finalidade das locações? Segundo: Quais as datas de início e fim de cada contrato em vigor atualmente? Terceiro: Qual o valor de cada locação e o nome dos locadores? Quarto: Desde quando vem sendo efetuados os contratos deste tipo? Quinto: Qual a data de início e fim dos contratos já vencidos ou rescindidos e o nome dos locadores?

Para embasar o meu pedido estou anexando cópia do Diário Oficial de 13 de março de 1985, onde consta extrato de termo contratual de locação de imóvel para suporte administrativo da Primeira Delegacia de Receita Regional, no qual o contratante é o Secretário de Estado das Finanças, e o contratado José Marsal Antônio, Delegado da própria Delegacia Regional de Receita.

Estou certo que as explicações e respostas virão no menor espaço de tempo possível, para que esta Assembléia, bem como a opinião pública sejam cientificados oficialmente das razões que levam CRE a firmar tais contratos, bem como de tratar-se de atos legais, morais e sem qualquer vício.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Estive novamente, na semana passada reunido com os dirigentes do Sindicato de trabalhadores em estabelecimentos bancários, do sindicato dos trabalhadores no turismo e hospitalidade, do sindicato dos trabalhadores no comércio e do departamento trabalhista do PMDB, todos organismos da cidade de Foz do Iguaçu, além de dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil do Estado do Paraná.

Os debates voltaram a situar-se na necessidade da criação urgente da junta de Conciliação e Julgamento em Foz do Iguaçu. Esta avaliação decorre do sobrestamento da justiça comum, com reflexos no campo trabalhista em função da desativação das obras de Itaipu e da consolidação do Município de Foz como pólo turístico no País.

No Forum da Comarca de Foz do Iguaçu

existem atualmente um total de 4607 processos em andamento, na 1.<sup>a</sup> Vara Cível; 1262 na Vara de Família e 607 processos de menores na mesma Vara; 1250 processos penais na Vara Criminal e 300 precatórias. Deste montante existem na 1.<sup>a</sup> Vara Cível 185 processos trabalhistas em andamento, e na 2.<sup>a</sup> Vara existem 350 processos. Mais de sete mil trabalhadores recorreram à justiça local contra os desmandos e irregularidades da UNICON, sem contar o número de reclamantes de uma rede de mais de 100 hotéis, 50 estabelecimentos bancários e centenas de estabelecimentos comerciais.

É evidente que se agravaram enormemente as contradições sociais nos últimos seis anos. O desemprego e o subemprego delineiam uma situação de extremas injustiças sociais. Mas em resposta, o ex-Governo Figueiredo surge outra vez como campeão da insensibilidade e espírito anti-operário. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há, no Brasil, a necessidade de criação de mais de 250 Juntas de Conciliação e Julgamento. Só no Paraná exige-se a implantação de cerca de 19 juntas. Entretanto, de 78 a 84 não se criou uma única Junta no País, fato inédito na história recente da antiga República. Há cidades como Foz do Iguaçu, Cascavel, Telêmaco Borba, Cianorte, Toledo, Pato Branco e Francisco Beltrão em que a inexistência destas Juntas, por concentrarem amplos contingentes de trabalhadores, é absolutamente absurda.

A situação do município que represento nesta Casa fica particularmente mais grave, em especial se considerar decisão, em voto de minerva, do Tribunal Regional do Trabalho, dando pela incompetência da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil do Paraná para a representação judicial dos mais de sete mil trabalhadores reclamantes contra a UNICON. Isto, naturalmente, não resistirá, pois se torna virtualmente impossível despachar caso a caso na questão dos trabalhadores iguaçuenses contra a UNICON, e neste sentido os trabalhadores recorrerão ao Tribunal Superior do Trabalho visando assegurar a representação judicial à Federação dos Trabalhadores.

Sei, perfeitamente, que as dificuldades na criação da Junta de Conciliação e Julgamento em Foz do Iguaçu se rendem aos interesses condominiais da UNICON em combinação com alguns cartórios da Comarca e grupos econômicos empregadores, todos avessos à organização de trabalhadores em defesa dos seus direitos.

Ademais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou submetendo à Mesa e ao Plenário requerimentos endereçados ao ilustre Ministro do Trabalho, ao Ministro

da Justiça, ao Ministro Chefe da Casa Civil e ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho solicitando providências imediatas para a implantação da Junta de Conciliação e Julgamento em Foz do Iguaçu e nestes termos peço o apoio dos nobres colegas nesta Casa."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

(Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Uma das orientações básicas do PMDB, prevista inclusive no seu programa, é tornar a sociedade mais democrática e igualitária, oferecendo aos seus membros idênticas oportunidades de participação no trabalho, bem como nos bens e riquezas que o desenvolvimento do País permitem.

A razão que motivou o estabelecimento deste dispositivo, já na própria fundamentação daquele programa, é decorrente do nível de consciência apresentada pelo Partido frente à situação de miséria e desemprego em que se debate a maioria esmagadora da população brasileira.

Durante os vinte e um anos de dominação militar, em que a vontade da população foi sempre preterida em favor da manutenção das mordomias e falcaturas, perpetrados exatamente por aqueles que usufruíam da cômoda posição de governantes, a situação de desemprego generalizado era combatida, via de regra, através do arrocho salarial. A idéia era baixar os salários relativamente às taxas de juros, obtendo-se maior emprego de mão-de-obra; ou seja, além de se dependurar na força o assalariado, ajustava-se o nó para se ter a certeza de que efetivamente não sobreviveria.

Esta a razão porque, ao assumir o Governo do Paraná, o PMDB deparou com uma taxa alarmante de desemprego e subemprego, chaga social decorrente dos longos anos de dificuldades econômicas, e que, aos poucos, diante da aplicação prática da democratização de oportunidades de emprego, vem gradualmente a diminuir. É, porém, ainda um fator extremamente preocupante, e muito tem lutado este Governo para que os atuais índices, sejam reduzidos a níveis aceitáveis.

Dentro da linha, e visando a disciplinar idênticamente as oportunidades para o trabalho, através da escolha de pessoal qualificado para ocupar cargos públicos estaduais, disseminou-se a realização de Concursos Públicos em todos os níveis. É, sem dúvida, a forma mais justa de preenchimento destes cargos, além de ser uma atitude extremamente saneadora destinada a evitar manobras políticas de bastidores, tão comuns nestas situações de vacância de cargos administrativos.

Foi sob este novo espírito, de equidade para ocupar os cargos à disposição da administração pública, que a Secretaria de Estado da Educação abriu as inscrições para os cargos de Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais. Este concurso visa fornecer às escolas públicas do Estado o pessoal qualificado para exercer as funções burocráticas e administrativas, bem como dotá-las de pessoal destinado a responder pelas funções

de conservação da limpeza e asseio.

Porém, os parâmetros estabelecidos para o referido concurso não estão se ajustando com a realidade, pelo menos no que diz respeito ao preenchimento das vagas para Auxiliar de Serviços Gerais; e falamos isto com o respaldo de quem esteve durante os meses de janeiro e fevereiro realizando reuniões diárias nos vários municípios que compõem a microrregião de Campo Mourão e em Sertãozinho; ali constatamos que a unanimidade da comunidade escolar está vivamente preocupada com a realização daquele concurso.

E, no meu entender, a preocupação tem procedência, pois entre outros critérios, ficou estabelecida a idade máxima de 45 anos, bem como a exigência de alfabetização para a inscrição do referido concurso. Tal fato está ocasionando que muitas das serventes que se encontram trabalhando há vários anos com dedicação, não possam agora participar do concurso, em decorrência da idade limite, que na maioria das vezes já ultrapassaram; estaremos, neste caso, simplesmente desempregando uns, empregando outros. Por outro lado, aqueles que estiverem dentro do limite de idade, irão concorrer às vagas de servente, em situação desvantajosa, pois devido a atual situação de desemprego, estão-se inscrevendo no concurso também candidatos com curso superior; e estes caso sejam aprovados, o que é bastante provável, jamais se submeterão ao trabalho rude desenvolvido pelas antigas serventes.

Também aqui, estaremos retirando uma pessoa adaptada ao serviço, que com dedicação levou a bom termo o seu trabalho, para correr o risco desnecessário de aprovar em concurso uma pessoa altamente qualificada, mas que evidentemente não desenvolverá o trabalho de servente, passando então a solicitar às lideranças políticas locais o seu enquadramento em cargo compatível com suas qualificações.

O que é mais contraditório em toda esta situação, é que estas pessoas, já mais qualificadas, além de poderem se inscrever para Auxiliar de Serviços Gerais, também poderão inscrever-se para as vagas de Auxiliar Administrativo, o que mais ainda vem corroborar minha opinião dos problemas sociais que poderão advir da realização do concurso, se permanecerem os atuais critérios de inscrição.

Recebemos a semana passada, ofício da SEED afirmando que estes critérios, no que tange às vagas para AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, estavam sendo objeto de estudos. O objetivo deste pronunciamento é, além de voltar a alertar as autoridades para o problema, RESSALTAR QUE ESTAREMOS CONTRA O CONCURSO ENQUANTO PROSSEGUIREM AS NORMAS COMO ESTÃO POSTAS.

Assim sendo, solicitamos medidas urgentes que venham a permitir aos atuais contratados na função de Auxiliares de Serviços Gerais, não virem a perder o seu emprego devido a uma situação desvantajosa. A nível de sugestão ou idéia, permito-me enumerar alguns tópicos, passíveis de serem aproveitados pela SEED, para a promoção daquele concurso;

1 — Os atuais contratados na função, em hipótese alguma seriam demitidos, sendo o concurso destinado às vagas existentes;

2 — Os atuais contratos fariam a prova com uma pré-pontuação, isto é, prestando provas com uma vantagem proporcional ao tempo de serviço;

3 — Os candidatos às funções de Auxiliar de Serviços Gerais, deveriam, no máximo, possuir até a 8ª série;

4 — Os aprovados no concurso de Auxiliar de Serviços Gerais, seriam submetidos, em seguida, a provas práticas,

constantes do desempenho normal de suas futuras funções.

Estas eram algumas de nossas sugestões; solicito que enquanto não adotados critérios diferentes dos atuais, que consideramos injustos, somos pela suspensão temporária do mesmo, tendo em vista a gravidade dos problemas sociais que dele poderão advir”.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Deputado, acredito que o aproveitamento das chamadas serventes já estão prestando serviços ao Estado, através de convênios com as Prefeituras Municipais, é um ato que não pode jamais ser esquecido pela atual Administração. Mas, surgirá também um problema que deve ser alertado desde já. Não basta efetivar estas zeladoras que estão trabalhando, mas há necessidade também de um ato governamental equiparando o salário delas a estas que estão ou serão admitidas pelo concurso, porque nós sabemos que o edital baixado prevê um salário por volta de Cr\$ 330.000 enquanto que essas zeladoras atualmente trabalhando nos grupos do Estado, mas pagas pelas Prefeituras através de convênio com o Estado, estão recebendo o salário-mínimo.

Apoio integralmente a iniciativa de Vossa Excelência, acrescentando apenas esse detalhe: não apenas o aproveitamento daquelas que já estão trabalhando, mas a equiparação salarial dentro dos limites prefixados no próprio edital. Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Dentre as idéias que acabamos de expor, nós incluímos, com muito prazer, a sugestão apresentada por Vossa Excelência, notadamente no que se refere ao problema salarial. Realmente, as atuais serventes que dependem de convênio das Prefeituras com o Estado, recebem tão somente o salário mínimo e isto realmente vem dificultar a vida daqueles que ao longo dos anos vem trabalhando.

Nós temos aí no interior do Estado do Paraná, centenas de zeladoras que vêm recebendo através deste convênio, e algumas delas chegando até a ultrapassar 20 anos de serviço, ou seja, trata-se de pessoa até viúva ou uma pessoa que tem uma responsabilidade muito grande de com aquele pequeno salário, manter a sua família.

Por isso, nós incorporamos com muito prazer a sugestão de Vossa Excelência.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Permite mais um aparte?

(Assentimento).

E com um detalhe, haverá um problema jurídico bastante grande para o Governo do Estado, no futuro, se não houver essa equiparação salarial. Está na Constituição, está na CLT o princípio da isonomia salarial, salário igual para trabalho igual. Como poderá ser justificado que num mesmo estabelecimento, realizando o mesmo serviço, umas ganham o salário-mínimo e outras, praticamente, o dobro do salário-mínimo. Haverá problema, inclusive, na esfera judicial.

O SR. RUBENS BUENO — Não tem dúvida Vossa Excelência tem razão. É também é bom salientar que dentro do quadro das Auxiliares de Serviços Gerais do Governo Estadual, existem também critérios quanto à promoção dentro daquele setor. Por isso é que também nós propomos que, inclusive, esse critério seja estabelecido para aquelas que porventura ainda não estejam ligadas estatutariamente ou, através da CLT, ao Governo do Estado.

Por isso agradecemos o seu aparte e vamos torcer para que tudo corra bem para as zeladoras do Estado do Paraná.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Terminando o Grande Expediente, vamos passar ao Horário das Lideranças.

Inicialmente, solicito do Sr. Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, quem irá usar o horário do vosso Partido. Tendo declinado, consulto o Sr. Líder, Deputado Gilberto Carvalho, quem irá usar o horário reservado do Partido da Frente Liberal. Com a palavra o Sr. Deputado Péricles Pacheco.

O SR. PÉRICLES PACHECO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A designação do ex-Ministro Karlos Rischbieter para a Presidência do Instituto Brasileiro do Café, e a recente eleição do ex-Secretário da Agricultura Paulo Carneiro Ribeiro para a Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná são eventos notáveis que faço questão de registrar nos Anais desta Casa.

Falo em meu nome pessoal e, acredito, estou também interpretando o pensamento dos Senhores Deputados que compõem a bancada do Partido da Frente Liberal na Assembléia Legislativa do Paraná.

A escolha do ex-Ministro Karlos Rischbieter, cujo perfil técnico, o largo trânsito internacional, sua postura esclarecida e esclarecedora sobre toda a fenomenologia que cerca o mundo dos negócios — em seu contexto mundial, até — fazem-no de todo o homem certo para o lugar certo.

Nome hoje indissociável, no Brasil, dos grandes momentos da vida brasileira dos últimos anos, especialmente por sua ação desabrida — sem temores e com larga visão precognitiva dos fatos que iriam marcar a vida econômico-financeira do País —, Rischbieter nunca fez concessão ao engodo ou às meias palavras. Disse sempre, na hora certa e com o tom correto, sem temer mandatários e sem linguagem sibilina, ou rumos que acreditava serem certos ou errados no encaminhamento de temas vitais para a Nação.

A ousadia da verdade colocada por inteiro perante os mandatários aos quais emprestava serviço, como delegado de todo um povo — como Presidente da Caixa Econômica Federal, — Ministro da Fazenda ou Presidente do Banco do Brasil pode, aparentemente, tê-lo feito perdedor, na visão dos que consideram a função pública uma prebenda, uma dívida pessoal a ser preservada a qualquer preço.

Deixou Rischbieter o Governo Federal, como Ministro da Fazenda, todos se lembram, por discordar de pontos vitais, substantivos, da política econômico-financeira que a Nação via ser-lhe imposta. Política econômico-financeira que, tal como prevista por Rischbieter — que com ela se negou a compactuar — mostrou-se no mínimo desastrosa para o País como um todo.

Rischbieter não foi, na ocasião, o profeta do caos, tal como alardeado por áulicos palacianos de então. Ele teve, tão somente, a dignidade e a postura de um homem de visão, acostumado — por autêntica profissão de fé — a colocar os interesses públicos acima dos pessoais. Deixou um cargo perseguido e ambicionado por políticos e tecnocratas de todos os matizes. Ficou com a Nação, legando-nos, na ocasião, certas advertências e admoestações dirigidas aos condutores da vida administrativa do País que, infelizmente, iriam cumprir-se. Vaticinou, Rischbieter, naquela ocasião, não em cima de exercícios futuroológicos cabalísticos, mas lastreado, fundamentado, calçado numa sólida experiência acadêmica complementada por invejável currículo na vida pública e na administrativa privada.

Hoje temos — o Paraná tem, de forma muito particular —

Karlos Rischbieter na Presidência do IBC. Dizer que a escolha foi feliz seria repetir o óbvio. Não há, em sã consciência, como contestar a felicidade da escolha, o acerto da designação que leva o ex-Ministro ao comando de um dos setores da economia brasileira e com forte repercussão na economia paranaense.

Se por um lado lamentamos que o Paraná não mais detenha a posição de principal produtor brasileiro de Café — situação a que chegamos como fruto de uma série de injunções, algumas delas até creditadas à inabilidade de homens que dirigem o IBC em outras épocas — o fato é de todo alvissareiro. Com Rischbieter vemos reinaugurar-se um ciclo para a economia cafeeira do País, a reabertura — quiçá — de novos horizontes para as nossas lavouras de café, e a reformulação de toda uma política que tem sido marcada por perdas sucessivas para produtores e trabalhadores agrícolas.

Os desdobramentos que sentiremos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com a presença desse homem público soberanamente invulgar e acatado no contexto nacional, só poderemos avaliá-los nas suas justas dimensões no decorrer dos próximos meses.

De uma coisa estou certo — e certo, acredito, estão os cafeicultores e todos os que se preocupam também com o comércio exterior: Karlos Rischbieter chega na hora apropriada. Chega como um bom exemplar da chamada Nova República e toda sua carga de esperanças.

A eleição do ex-Secretário da Agricultura, Paulo Carneiro Ribeiro, para a Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná — a FAEP — não foi apenas um novo marco do espírito abertamente democrático que a Nação respira.

Todos sabemos que a escolha de Paulo Carneiro Ribeiro foi marcada por extenso, amplo, democrático e combativo embate de forças. Ele e Otávio Baroni — seu opositor, representante da chapa não vitoriosa — lutaram um bom combate. O primeiro pleito, quando de sua apuração, foi marcado por momentos de tensão que culminaram com a anulação dos resultados indicados pelas urnas. Um empate que, enfim, exigiu nova votação.

Por ampla maioria, o novo pleito, pela vontade soberana dos 147 sindicatos rurais vinculados à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, indicou Paulo Carneiro Ribeiro para presidir a instituição no triênio 1985/87.

Organismo classista da maior importância e de responsabilidade incomensurável na condução da grande empreitada agropecuária paranaense, neste Estado visceralmente dependente da produção do campo, a FAEP é bem mais do que uma central sindical. Na verdade, encarna-se na FAEP e na decodificação de sua sigla, toda uma proposta de vida em que se envolvem milhões de paranaenses a tirar, dos frutos da terra, alimentos para uma Nação extremamente dependente do solo das araucárias.

Agrônomo, ex-diretor do IBC, ex-Secretário da Agricultura no Governo de Jayme Canet Júnior, Paulo Carneiro Ribeiro tem a seu favor o melhor dos títulos para ocupar a posição a que seus pares o elegeram: é um homem do campo. E com isto dizendo, identifica-se nele alguém que sabe aferir o campo, suas necessidades, suas possibilidades, sua importância para a economia nacional porque vive a plenitude da realidade agropecuária desde a tenra idade, haurida a partir da fazenda paterna, nas Minas Gerais, de onde se mudou — há muitos anos — para o Norte do Paraná.

Técnico na acepção da palavra, formado nos bancos universitários. Técnico, também na acepção da palavra, porque formado nas duras lides do campo. Paulo Carneiro Ribeiro

será, estou certo, a voz, a expressão mais clara e lúcida do homem do campo paranaense, o produtor rural que está assistindo — vertiginosamente — a criação de toda uma gama de estímulos à atividade agropecuária.

Ele saberá interpretar os reclamos de uma comunidade — a dos produtores agropecuários do Estado do Paraná —, cuja existência não é apenas fator de sobrevivência pessoal da categoria, mas realização laboral de que se exige um forte espírito de nacionalismo.

As adversidades vão-se multiplicando no meio rural, os cortes de subsídios para o setor foram alguns dos rudes golpes aplicados àqueles que fazem do Paraná responsável por quase 30 por cento das exportações de grãos do País. Adversidades e percalços que não podem continuar, sob pena de, a curtíssimo prazo, vermos o País inverter sua posição de grande exportador de produtos agrícolas.

Trata-se, enfim, de um quadro nada alentador e que reclama de instituições como a FAEP, e de homens com o tirocínio e a forte autoridade moral de Paulo Carneiro Ribeiro, uma posição agressiva. Um “basta” aos desmandos praticados por sucessivos governos na condução da política agropecuária do Brasil.

Saudar, pois, a assunção de Paulo Carneiro Ribeiro à presidência da FAEP é, sobretudo uma questão de justiça. Ele figura, na plenitude, as esperanças do produtor rural paranaense de dias melhores para um setor tratado como matéria não prioritária para a Nação.

E, todos nós sabemos, nada mais prioritário para este País de 130 milhões de habitantes do que uma correta, humana, justa política para a área agropecuária. Uma política que só se alterará — gerando benefícios a todos, e pão para os que têm fome — se homens como o novo presidente da FAEP fizerem sua voz e sua experiência acatadas nos escalões decisórios da República. Os escalões, agora, da Nova República, de que se espera acuidade para com o homem do campo e seus problemas, os quais não mais podem ser examinados pela ótica de tecnocratas instalados em gabinetes do plano Central sem jamais serem capaz de distinguir até mesmo o trigo do soja”.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento).**

Meu caro Deputado, agradeço sensibilizado o aparte que Vossa Excelência me dedica, e quero dizer a Vossa Excelência que também compartilho com o seu pronunciamento de que o Dr. Karlos Rischbieter é um homem inteligente, capacitado, ele pode muito bem dirigir qualquer órgão para que seja indicado.

Entretanto, fica aqui uma pergunta à Nova República, que se comprometeu em afastar dos cargos os tecnocratas, dos cargos políticos. E Karlos Rischbieter, a par de sua inteligência, da sua capacidade, ele não passa de verdadeiro tecnocrata. É um homem que quando Ministro não atendia a classe política, não era acessível a classe política.

E nós políticos quer queira, quer não, Deputado, somos aqueles que conhecemos as aspirações de nossa gente, que conhecemos as reivindicações da nossa gente. Portanto, fica o alerta de que a Nova República da qual o partido de Vossa Excelência faz parte, como o do acordo para levar o Sr. Tancredo Neves à Presidência da República, que ficaram comprometidos com a classe política e com o povo de afastar os tecnocratas dos cargos.

E Karlos Rischbieter, repito, não passa de um grande tecnocrata, um homem que não atende os políticos, que não é sensível as causas do povo, portanto não é sensível à

reivindicação da classe política.

O SR. PÉRICLES PACHECO – Muito obrigado pelo seu aparte, entretanto, considero que temos no IBC um paranaense em primeiro lugar, e que nós devemos nos orgulhar.

O Sr. Tércio Albuquerque – Nesse sentido, concordo com Vossa Excelência.

O SR. PERICLES PACHECO – Então nós estamos atendidos num dos cargos importantes no cenário brasileiro.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A par dos esforços realizados pelo Governador José Richa, objetivando a fazer o Paraná fortemente representado no Governo da Nova República- esforços que todos nós acompanhamos, com o melhor espírito paranista - quero ressaltar de forma muito particular a importância que assume para nossa comunidade duas posições-chaves conquistadas, nos escalões superiores da administração federal.

Em primeiro lugar, uma referência toda especial, pela carga de esperança que seu nome encerra, à escolha do engenheiro Affonso de Camargo Netto para o Ministério dos Transportes.

A escolha do paranaense que leva seu contributo inestimável, de homem público de competência comprovada à Nova República, para uma das pastas mais vitais ao desenvolvimento econômico-social do País, prova, de maneira insofismável - o agudo senso de discernimento do Presidente Tancredo Neves.

Para a Rede Ferroviária Federal, assume sua presidência o também paranaense Osires Stengel Guimarães. Foi uma escolha pessoal do Ministro Affonso Camargo Netto, arguto observador de nossa vida político-administrativa que, melhor do que ninguém, sabe avaliar as possibilidades que a larga experiência de Osires na vida pública do País pode transferir para esta nova realidade representada pela Rede Ferroviária Federal.

Se o momento não é de euforia, por razões óbvias, como a doença do Presidente Tancredo Neves, e as próprias incertezas geradas por aspectos extremamente danosos, como o da dívida externa-, há que se reconhecer, no entanto, a dose de acerto facilmente reconhecida na escolha do primeiro escalão da República. Acerto que, não apenas por espírito paranista, identificamos na presença de homens como Affonso Alves de Camargo Netto, no Ministério dos Transportes. Há, é preciso frisar, também no desencadear do chamado segundo escalão da administração pública federal, a presença de técnicos da mais alta responsabilidade, que se definem igualmente pela probidade e competência. Nomes como de Osires Stengel Guimarães e Karlos Rischbieter.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Se nos acostumamos, acompanhando o

desenvolver da vida política paranaense, nas últimas décadas, a ver em Affonso Alves de Camargo Netto o melhor perfil de um arguto, habilidoso e ético articulador, não há também como dissociar sua imagem austera, de homem realizado em sua vida pessoal e com profundas raízes familiares na História do Paraná, de raros valores gerenciais.

A passagem de Affonso Alves de Camargo Netto, nos últimos anos, em posições-chaves da vida administrativa do Estado - como Secretário das Finanças e como Presidente do Banco do Estado do Paraná - mostrou-nos fartamente as largas possibilidades administrativas do novo Ministro. Ele sempre dosou uma profunda formação humanística, recolhida aos princípios da democracia cristã - e aqui novamente lembro a presença do padre Lebrete e sua escola de Humanismo e Economia -, com a formação técnica que se requisita para levar adiante este grande projeto chamado Brasil.

Este País-Continente ganha com a presença de Affonso Camargo no Ministério dos Transportes. Não será um ministro do Paraná, mas um ministro que o Paraná, com orgulho, entrega ao País, para o encaminhamento de problemas vitais à espera de solução, os quais, sem qualquer dúvida, estão vinculados ao dia-a-dia do brasileiro, pelas repercussões que uma boa ou má política de transportes gerará no cotidiano de 130 milhões de patricios.

E é justamente neste ponto que todos nós, paranaenses que conhecemos o homem político a formar a personalidade singular de Affonso Camargo, estamos a apostar plenamente em seu nome.

Porque entendemos- entendo eu e acredito que todos os Senhores Deputados que me honram com sua audiência - que o Ministério dos Transportes não pode nem deve ser visto meramente como uma Pasta técnica.

Na verdade, o técnico, no Ministério dos Transportes, deve ser sobretudo um homem de espírito, o humanista com larga acuidade para com os problemas sociais que gravitam em torno de um complexo mundo de sistemas viários e suas multifacetadas ramificações.

A indicação de Affonso Camargo Netto obriga-nos a fazer ressoar, nesta Casa do Povo, as esperanças que temos recolhido, em nossas andanças pelo Paraná, de que ele, somando prioridades de técnicos conhecedores a uma atenção para com o social, saberá dotar o Ministério dos Transportes de meios e recursos humanos capazes de privilegiar necessidades básicas do País, na medida em que os complexos viários sejam vistos como elementos que objetivem o homem por inteiro. Transportes que, de alguma forma, signifiquem alocação de recursos em favor

daqueles que produzem e precisam escoar os frutos de seu trabalho com a agilidade necessária e a custos compatíveis com a realidade econômica social deste Brasil carente. E assim significando passos concretos para a promoção do homem, Alfa e Omega de qualquer governo realmente cristão.

Osires Stenghel Guimarães, cujo currículo indica em toda sua linearidade, a formação de uma segura carreira pública, ilibada e acima de quaisquer contestações quanto à competência e probidade, é nome que anda no mesmo tônus de Affonso Alves de Camargo Netto, por quem foi indicado para presidir uma das mais importantes empresas estatais da administração federal.

O estudante de engenharia que ingressou na Prefeitura de Curitiba e ali foi galgando postos, a partir de 1950, assumindo posições de mando até cumprir missões altamente relevantes na esfera estadual - como as Secretarias de Viação e Obras Públicas, depois de ter presidido a Sanepar, e a dos Transportes, chega à presidência da Rede Ferroviária Federal com a desenvoltura que identifica os homens competentes. Sua indicação não é uma dádiva pessoal, não o contempla pessoalmente com um alto cargo público por fruto de injunções político-partidária. Ele se fez merecedor, por todo um passado gerencial.

E hoje podemos dizer, sem medo de errar, que a presença de Osires Stenghel Guimarães é mesmo indispensável em qualquer governo que se proponha a grandes metas e propósitos desenvolvimentistas.

Seria ocioso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, alargar este pronunciamento, dizendo das expectativas que os paranaenses, de forma muito particular, têm na presença de Affonso Camargo Netto no Ministério dos Transportes e de Osires Stenghel Guimarães na presidência desse gigante que é a Rede Ferroviária Federal.

Nós, homens públicos, sabemos dimensionar, nos seus tons e sobretons, o que vai significar para a economia paranaense a consecução de obras como a Ferrovia da Soja, a ampliação da malha viária federal, em nosso Estado, o apoio efetivo aos portos de Paranaguá e Antonina.

São caminhos de amplo corredor de exportações em que vislumbramos apenas cifras e somas em dólares ou cruzeiros. São, sobretudo, caminhos para a edificação de uma Nova República que o Paraná requer, de forma altaneira e como direito inalienável, como resultado de seu potencial de trabalho e o suor de sua gente.

E é porque assim entendemos o Paraná e seus direitos fundamentais no concerto da

Federação é que fazemos questão - por indeclinável dever de justiça - de saudar Affonso Camargo Netto e Osires Guimarães. Eles são um pouco de cada um de nós, são os pioneiros de ontem e a soma das esperanças jovens que neste Estado reclamam vez, voz e uma melhor qualidade de vida. Anseios que, não temos dúvidas, eles recolhem e começam a transformar em realidades materiais e bem estar para nossa gente de todos os quadrantes".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati, por 10 minutos.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quase toda a Pátria Brasileira está em regime de oração e expectativa pedindo a Deus pela saúde do Presidente Tancredo Neves.

Nos parece que a vida do Presidente Tancredo Neves está entregue quase que totalmente nas mãos de Deus, porque na parte médica tudo o que era possível ser feito já foi feito, tanto em Brasília como em São Paulo.

E nosso desejo é que Sua Excelência recupere a saúde.

O desejo de que não sejam propaladas notícias falsas como até mesmo no exterior, onde já se chegou a falar em atentado contra a vida de Tancredo, já se chegou a noticiar a sua morte, fatos que chegam a revoltar a esposa e os familiares do Presidente Tancredo Neves.

Diante desse quadro, quando diversos médicos de renome já fizeram avaliações que mostram que o Presidente Tancredo Neves, mesmo conseguindo se salvar, ele não voltará mais a ter a plenitude da sua saúde, para exercer o mandato de Presidente da República por 6 anos; o nosso desejo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é de que as eleições para Presidente da República, através do voto popular, sejam marcadas já para o ano que vem, pois como dissemos Tancredo Neves, dificilmente, só por uma obra de Deus, recuperará totalmente a sua saúde, e saindo vivo do hospital, que é o desejo de todos nós, ele não terá a força suficiente para comandar um País de 130 milhões de habitantes, de 100 bilhões de dólares e um desemprego grande, de uma criminalidade que apresenta um índice assustador, e se tiver que ficar no seu lugar o Vice-Presidente José Sarney, esta seria a grande frustração para o povo brasileiro, seria um castigo para cada cidadão brasileiro.

José Sarney não representa de forma alguma a vontade do povo brasileiro, ele está ali por um acerto de cúpula, de gabinete, se fosse pela vontade popular, é



provável até que José Sarney não conseguiria mais nem sequer ser reeleito Senador no seu Estado do Maranhão. José Sarney não tem voz ativa; fracassou como Presidente da Arena, como Presidente do PDS, fracassou quando tentou articular a sua própria candidatura a Governador pelo Estado do Maranhão e foi preterido do processo de escolha do Governador do Maranhão, e hoje, José Sarney é um homem sem voz ativa a nos comandar.

Até mesmo quando Sua Excelência pede que nenhum governador vá a São Paulo, para não congestionar os corredores do Instituto do Coração, parece que nem Ministro está dando ouvidos à ordem, à recomendação de José Sarney, porque a televisão nos mostra diariamente uma verdadeira peregrinação de Ministros que vão a São Paulo, talvez mais para poder aparecer na televisão, no jornal, do que para saber como está o estado de saúde do Presidente Tancredo Neves, pois o Ministro tem condições de saber através de um telefonema ao médico, de um telefonema ao próprio Palácio do Planalto. A impressão que dá é que eles estão mais preocupados em garantir o emprego de Ministro caso ocorra uma fatalidade como o Presidente Tancredo Neves.

Diante disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que o povo brasileiro não sofra ainda mais diante dessa dor, e entendo que é um terrível sacrifício, se DEUS permitir que Tancredo Neves se recupere, é exigir demais que este homem permaneça por 6 anos comandando o nosso País.

Seria até uma grande contribuição do povo brasileiro, fazer com que Tancredo Neves possa ter o seu merecido descanso com a família e que a nós cidadãos brasileiros já no próximo ano, nos seja desenvolvido o sagrado direito de eleger com o voto secreto na urna, o Presidente da República do Brasil.

É este o nosso desejo, o nosso voto primeiro, que Deus dê saúde a Tancredo Neves, e mesmo com Sua Excelência se recuperando, o nosso segundo desejo, é que a Nação Brasileira não tenha que ficar 6 anos, esperando a eleição direta. E se houver um impedimento definitivo de Tancredo Neves, para o exercício do cargo, nós entendemos, Senhor Presidente, 1.º: que o Senhor José Sarney, em que pese os pareceres que são mostrados, ele está ocupando um cargo que não é dele, ele é apenas Vice, e esta história de aparecer agora esse refrão, de que ele é o Vice Presidente da República do Brasil, não é o Vice de Tancredo, é um Parecer que nós teremos condições de ver tantos outros pareceres, mostrando que, primeiro, quando houve impedimento de Tancredo Neves, o

cargo deveria ser ocupado por Ulisses Guimarães, ou pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Mas deixemos a parte jurídica; 2.º: entendemos que o pior de tudo, é o fato de o Senhor José Sarney não ter o respaldo popular necessário.

A inflação do mês de março já mostrou que apesar dos alardes, do esforço, do empenho, do Governo Federal, a inflação continua no mesmo ritmo. O cabide de emprego em Brasília, não alterou nada. Esta fantasia de se mostrar na televisão, que tem Ministro trabalhando até no dia de sábado, que o Senhor José Sarney é um homem popular, que vai dirigindo o seu carro e vai comprar melancia na beira da estrada; isto é subestimar a inteligência do povo. Porque eu fui Deputado Federal, e cansei de ver a mordomia do Senhor José Sarney com Galaxi Oficial, chapa de bronze e motorista à sua porta. E agora vem aí enganar o povo, dizendo que ele é tão simples, que ele mesmo dirige o carro e vai comprar melancia. Será que a imprensa adivinhou que o Senhor Sarney naquele horário sairia de casa para comprar melancia? Será que foi a transmissão de pensamento, Senhor Presidente?

Diante de um homem impopular, como o Senhor José Sarney, que vai afundar o Governo, o melhor para a Nação, é a eleição direta para Presidente. Porque para mim, o Senhor José Sarney é o Senhor Paulo Maluf do PMDB, com todo respeito.

**O Sr. Nelson Buffara-** Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento**).

Deputado Antônio Belinati, Vossa Excelência faz uma análise do Presidente em exercício, presidente interino, José Sarney. Eu concordo plenamente com Vossa Excelência nas restrições que faz à figura discutível de José Sarney. Ele foi o caso que casuisticamente ocorreu no Brasil, o mais berrante da História Nacional. Há um ano atrás, o Presidente do PDS, foi imposto pela Frente Liberal para ser candidato a Vice-Presidente e hoje é o Presidente com plenos poderes; e tenho a impressão, desgrazadamente, que dificilmente retornará, infelizmente, para a Nação, retornará o Senhor Tancredo Neves, o que é lamentável para nós. E Sarney governa a pleno vapor. Ele está dando uma de santo, uma de bonzinho. Mas quem tem o passado que ele tem, vê recair total suspeição sobre si.

Portanto, receba meus cumprimentos, meus aplausos, por fazer essa imagem, dissecar esta imagem de José Sarney, porque ele é muito mais do que Vossa Excelência está dizendo. Vossa Excelência está sendo até complacente com ele.



O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O Deputado que está na tribuna, poderá usar de mais três minutos do horário da Liderança.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Colocou muito bem o Deputado Nelson Buffara, se formos aqui ler a biografia do Senhor José Sarney, eu acho que vai ser um fato de chocar a todos nós brasileiros.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Com muito prazer, nobre Líder, Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Meus cumprimentos pela análise que Vossa Excelência faz da situação política nacional.

O interessante é que agora, os juristas, de aluguel, estão a afirmar que o Senhor José Sarney é o Vice-Presidente da Nação Brasileira, esquecidos de que, realmente o Senhor José Sarney é o Vice-Presidente do Senhor Tancredo Neves, cuja doença todo o Brasil lamenta, chora e reza para que se recupere.

Mas, existe um fato, nobre Deputado Belinati, não é possível que as Leis sejam colocadas acima da situação política nacional! Evidentemente as Leis são feitas para o momento, e o momento nacional exige um Presidente da República com credibilidade popular.

Qual é a credibilidade que tem o Senhor José Sarney no PMDB, o PMDB que é o Partido Majoritário?

Qual é a credibilidade que tem o Senhor José Sarney na Frente Liberal, já que ele está no PMDB e tem afirmado que não vai mais sair do PMDB, e não quer nem ir para a Frente Liberal, de acordo com o compromisso que assumira com o Senhor Aureliano Chaves?

Qual a credibilidade que tem o Senhor José Sarney no PDS, outro dos grandes partidos políticos, já que ele traiu o PDS, vergonhosamente, desavergonhadamente?

Qual a credibilidade que tem no PDT? Nenhuma, pois o PDT inclusive, não votou no Senhor José Sarney, inclusive, os votos do Senhor Tancredo Neves não foram superiores porque o PDT fez declaração de voto no Colégio Eleitoral...

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Permite uma observação?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Com muito prazer.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - É de lembrar, nobre Deputado, que o voto era para

ser separado; os congressistas teriam que votar para Presidente numa cédula e para Vice em outra; quando desconfiaram que o nome de José Sarney não passaria, eles fabricaram novo Parecer para anexar o voto dele junto com o de Tancredo, pois caso contrário, no dia 15 ele não passaria no Colégio Eleitoral.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Mas, Vossa Excelência lembra bem, porque este, inclusive, é um dos princípios da democracia que não se recorda das eleições diretas do País; na eleição de Jânio Quadros, o seu candidato a Vice, era o saudoso liberal, este liberal de verdade, não estes liberais fajutos que andam por aí, mas o Senhor Milton Campos era candidato a Vice, uma grande figura da política brasileira, um grande liberal brasileiro, perdeu a eleição; elegeu-se o Senhor Jango Goulart, Presidente, então do PTB, e assim, sucessivamente, nos outros episódios nacionais nós temos na História Brasileira demonstração de que o Presidente elegia-se de um Partido e o Vice- Presidente de outro partido.

Então, evidentemente, que o Senhor José Sarney foi apenas a reboque da figura de Tancredo Neves, e hoje não tem as condições políticas de creditibilidade, de respeito, de honorabilidade que são necessárias para o exercício do cargo de Presidente da República. Por isto nós temos uma grande solução, solução de fazer eleição direta, eleição que o PMDB quer, vamos fazer a eleição agora, em 1985, se não eleição direta para Presidente da República, com respeito à figura humana de Tancredo Neves, vamos fazer a eleição, então para a Assembléia Nacional Constituinte, em 85, para que em 1986 possamos fazer a eleição direta, pleiteada pelos homens do PMDB ontem, e que hoje, devem estar na incômoda situação de ter que apoiar um homem que até ontem lutava contra as eleições diretas, lutava contra o PMDB e contra os postulados da Democracia.

Muito obrigado, meus cumprimentos ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Era esse o pronunciamento, o desejo que o Senhor José Sarney fique na beira da estrada, chupando melancia e permita que o povo vote na urna, secretamente elegendo com o voto popular, no máximo até o ano que vem o Presidente da República. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Presidência concede a palavra ao Deputado Gabriel Manoel, por 5 minutos.

Antes, porém, registra com satisfação a presença em Plenário do Prefeito Antônio Romero Filho, de Umuarama e do Vereador Algacir Túlio, de Curitiba.

O SR.GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltamos, novamente, ao problema que não tivemos condições de complementar: ao problema da denúncia ou do aviso sobre o problema do Prefeito de Guapirama, que está sendo ameaçado por elementos pertencentes ao novo Paraná.

Queríamos, Senhor Presidente, dar um voto de confiança ao Senhor Secretário da Segurança Pública. Já enviamos o requerimento por intermédio dessa Augusta Casa. Mas, tudo que é rápido, e emergente, deve ser acionado para que a ilusão ou a alusão ao Governo José Richa tenha aquela mesma expectativa de fé, de esperança, do povo que espera um Paraná novo, que até agora, depois de 2 anos, mudou-se a coleira e ficou o resto no mesmo.

Senhor Presidente, o Prefeito Municipal de Guapirama sofreu um atentado e o Senhor Delegado Regional de Jacarezinho faz ouvidos moucos. Onde está o Paraná participativo? Onde está a defesa do contribuinte paranaense? Onde está a aguerrida Bancada do PMDB que defendia no governo do PDS as falcaturas, as irregularidades? Queria, neste instante dizer, Senhor Presidente, que fora fechada a CIRETRAN de Joaquim Távora, por falta de hombridade aos homens que lá dirigem o PMDB, e que fora feito da aguerrida Bancada do PDS? E a Bancada dos salvadores da Pátria o que fez? Fez ouvidos moucos!

Onde está o representante da minha região que dizia que havia de defender a todo custo, o direito e a honestidade dos políticos do Norte Pioneiro? O CIRETRAN de Joaquim Távora fora fechado e se aclaram as vozes dos Salvadores da Pátria. E o DETRAN de Guapirama, por denúncia nossa, também fora fechado. E é este o homem acobertado pelo PMDB da região, que está a incendiar a casa do Prefeito.

Faz-me lembrar, Senhor Presidente e Senhores Deputado, e imprensa do meu Paraná, de que quem cala, consente.

Onde está a aguerrida Bancada do PMDB? Os representantes da nossa terra e da nossa gente?

Onde estão os incendiários a incendiar casa de uma autoridade constituída?

Onde estão agora?

Onde estão os Deputados da Bancada Situacionista da nossa região, que calam e consentem que seus delegados, seus chefes de DETRAN sejam julgados e só não continuo Senhor Presidente, porque o mínimo de austeridade ainda existe no Governo José Richa.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrada a Hora da Liderança.

A Mesa concede a Vossa Excelência, mais um minuto para conclusão.

O SR.GABRIEL MANOEL - Encantado, Presidente.

Eu queria, neste momento, apelar para o Deputado Tadeu Lúcio, para o Deputado Hermas Brandão, que vejam o que está acontecendo na nossa região, e que se lembrem do passado, para dizerem aos homens que fazem a ruína do Governo, que andem pelo menos corretamente. Aos Delegados, Deputado Tadeu Lúcio que mandem incendiar casa de Prefeitos do PDS, Vossa Excelência tem a responsabilidade de averiguar, para que este Governo não seja denegrido.

Perdoe, mas onde está a justiça do novo Paraná? Talvez seja igual a justiça da nova República.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Esta Presidência irá responder a questão de ordem formulada pelo nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do Partido Democrático Social, na Sessão do dia 02 do corrente, quanto à composição das Comissões Permanentes, face à organização de mais um partido com representação neste Poder Legislativo. LÊ RESPOSTA: "Em obediência ao princípio da proporcionalidade ..." Está respondida a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, conforme comprova atestado médico, a partir de 08 de abril do corrente ano. Inclua-se na Ordem do Dia 09/04/85.

Mensagem n.º 79/85, datada de 03 de abril do corrente ano, do Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando prorrogação da ausência do Senhor Vice-Governador do Estado, para que possa visitar setores empresariais de países da Ásia, Europa e América do Norte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 256/84, de autoria do Senhor Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIBEIRÃO CLARO", com sede e foro no Município de Ribeirão

Claro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 262/84, de autoria do Senhor Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "DIVINA MISERICÓRDIA", com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 265/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVEIRO, que declara de utilidade pública o "LAR O BOM CAMINHO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo. Em Regime de Urgência.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 123/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza contagem de tempo de serviço prestado ao Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR, pelos Professores Estaduais, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado. (Public. no D.A. n.º 91, de 20/09/84).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 123/84

##### PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, pretende contar para efeito de aposentadoria aos integrantes do Quadro do Magistério Público Paranaense, o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, pelos professores remunerados através do Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR.

É justa a pretensão da lei, que pretende beneficiar professores aprovados em concurso público recentemente, os quais exercem o magistério com padrão junto ao Quadro próprio do Poder Executivo, e que anteriormente foram remunerados pelo Plano Nacional de Educação do MEC.

A contagem recíproca atualmente é amparado por lei.

Por isso, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, nada há que impeça a normal tramitação do presente plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

##### PROJETO DE LEI N.º 123/84

##### PARECER:

Da lavra do nobre Deputado Hermas Brandão o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar a contagem de tempo de serviço prestado ao Plano Nacional de Educação - através da GEPLANAPAR - pelos professores estaduais.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando seu aspecto legal.

No âmbito da competência desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o

mérito da matéria, temos que é das mais justas a pretensão apresentada pelo autor, pois que, na esfera da educação não há o que se distinguir entre o público e o particular, já que a legislação brasileira, neste setor tem uma meta única estabelecida pela lei de Diretrizes e Bases.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ODENI MONGRUEL

Presidente

EDGARD PIMENTEL

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 178/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que estabelece critérios para contratação de apresentações artísticas em Feiras Agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI N.º 178/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Nas Feiras Agropecuárias e Rurais patrocinadas pelo Governo do Estado, ou nas que o Governo venha a participar, através de convênios com os municípios, como também eventos comemorativos de aniversários das cidades, que envolvam presenças de artistas.

Art. 2.º - Serão considerados artistas, todos aqueles que estiverem filiados a Ordem dos Músicos do Brasil, Conselho Regional do Paraná, Sindicato e Associação da respectiva classe e em dia com suas obrigações para com os referidos órgãos.

Art. 3.º - Através de Decreto a ser baixado pela Secretaria da Agricultura e Secretaria da Cultura e Esporte, 30 dias após a publicação desta lei, serão regulamentados o previsto no artigo 1.º.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

##### JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta tem exclusivamente a finalidade de valorizar a classe artística paranaense, incentivando-a na preservação de nossos valores.

É dever do Poder Público prestigiar a colaborar para que a nossa cultura artística tenha condições de prosperar competir com a dos demais centros culturais do País.

A música popular paranaense deve receber, principalmente do Governo do Estado, um incentivo para que possa assim se elevar e despontar como um valor paranaense no cenário artístico nacional.

Com isso esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa de Leis para a proposição ora apresentada.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 178/84

##### VOTO

O ilustre Deputado Tadeu França pretende através deste projeto de lei prestigiar o artista paranaense tornando obrigatória a contratação de 70% deles

nos espetáculos que vierem a ser realizados em Feiras Agropecuárias e nos "eventos comemorativos de aniversário das cidades".

Quanto ao mérito a iniciativa merece elogios.

Porém, salvo melhor juízo, o projeto extrapola a competência deste Legislativo pois cria norma de caráter imperativo a ser obedecida pelos municípios paranaenses. Implica o presente plano de lei em ingerência nas administrações municipais.

Por isso considero o projeto inconstitucional.

É o meu voto.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

A votação será feita de forma inversa de acordo com o Regimento Interno.

O Sr. Tadeu França - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Para encaminhar, tem a palavra o nobre Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós gostaríamos de iniciar fazendo nossa saudação e estendendo os nossos cumprimentos aos membros da Ordem dos Músicos do Brasil, Conselho Regional do Paraná, aqui presentes nesta Casa.

Na realidade, a presença de todos os Senhores muito nos engrandece e nos motiva nesta luta, qual seja, a da necessária divulgação, a do efetivo e urgente valor que deve ser tributado aos artistas do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: temos sentido a verdadeira angústia dos artistas paranaenses em nossas Feiras Agropecuárias, como de um modo geral, em todas as grandes programações comemorativas de eventos históricos ou sociais do Estado do Paraná. A grande realidade é que os artistas paranaenses vêm sendo sistematicamente marginalizados. Hoje, ser artista do Paraná, significa ser um mártir, a serviço de uma arte que, na realidade, é pouco reconhecida.

É por esta razão, entendendo que o Paraná haverá de falar bem alto artisticamente, à medida em que nós parlamentares soubermos emprestar o nosso apoio, criando espaço, dando guarida, mesmo porque, jamais teremos condições efetivas de fazer com que os nossos nomes venham a alcançar ressonância não apenas nacional, como internacional, se nós não formos os primeiros a estender o nosso apoio, através daquilo que é fundamental, que é elementar qual seja, o de propiciar espaço para que os nossos valores possam se revelar.

É por esta razão, que estamos colocando a apreciação dos Senhores Deputados, não um pedido em termos de exclusividade, mas pedindo que, pelo menos, as promoções a nível de Paraná, em convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura e Esporte, possam fixar como norma a prática de que em 70% das exposições a serem realizadas, que, pelo menos, em 70 do valor do número total, essas programações, estas exposições venham a ser feitas por artistas do Paraná.

Não se trata de bairrismo paranista; trata-se sim, de um amor à nossa terra, à nossa gente, e nós vemos na figura dos nossos artistas a condição fundamental

e específica, e indispensável, de traduzir bem alto e gritar aos quatro ventos, que o Paraná é presença pujante no cenário nacional.

É por esta razão, que nós haveríamos de externar a nossa profunda gratidão, não apenas em nosso nome pessoal, como também, em nome daquele que têm sido, historicamente, os marginalizados artistas do nosso Estado do Paraná. Nós haveríamos de dizer o nosso muito obrigado, caso os Senhores Deputados votem favoravelmente a este marco que pode ser o início de uma mudança que precisa vir. E esta mudança passa, efetivamente, pela valorização do artista do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Tem a palavra o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizia um emérito professor de que ninguém pode amar a liberdade de ser Verdugo.

Nós sabemos que a lei maior é a lei da vida, é a lei da sobrevivência: assegurada inclusive, pela lei do Estado. Os fundamentos as Comissões ou da Comissão que votou contrário a este projeto do Deputado Tadeu França, vai de encontro a essas afirmações preliminares, e até porque, na época da tirania as leis são impostas e não representam o senso e o consenso da sociedade.

A verdade é que o Paraná artístico, o Paraná do finado Lápis, de mil andanças por este Brasil e de mil sofrimentos neste Paraná, o Paraná de Natinho, também de tantas lutas a favor do músico do Paraná. O Paraná de Tatara, também um sofredor pelos caminhos de São Paulo e do Rio e um batalhador permanente na noite curitibana. E o que dizer do jovem Pimenta, que aflora para a composição e para a música, com uma força não prestigiada pelos órgãos públicos do Estado. E o que dizer do Fernandinho - que até o chamam de louco - porque, andando por aí e até mesmo chegando a acompanhar Eliana Pitman, por ser um grande percussionista. Está aí jogado às ruas no descuido do Governo do Paraná.

E o Pirata, grande flautista, advogado e funcionário da Prefeitura de Curitiba. E o que dizer de tantos outros artistas deste meu Paraná, desta nossa Curitiba que não têm recebido dos órgãos públicos nem das municipalidade o apoio que eles necessitam. E a muitos conheço de perto, porque não tenho conhecido na realidade, é realmente o apoio do Estado para estes valores, valores reais, de uma juventude que luta e luta porque pretende se impor no cenário nacional.

No entanto, o eixo São Paulo - Rio, na realidade, São Paulo, Rio e Nordeste, massacram as forças nascentes no campo artístico do Paraná. Por conseguinte, baseado na lei maior, que é a lei da sobrevivência, votarei favoravelmente ao projeto do Deputado Tadeu França que visa, apenas, lhes abrir uma porta de trabalho, assegurar-lhes um campo de atuação para que, na realidade, eles possam mostrar para o Paraná, o seu valor artístico, a sua obra e a sua música!

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito oportuno o Projeto de Lei nº 178/84, do nobre Deputado Tadeu França; no meu entendimento esse projeto deveria ser, inclusive, mais abrangente - por ele estamos estabelecendo normas para a participação do nosso artista paranaense, nas Feiras Agropecuárias. Aprovado, devemos partir para a sua complementação.

Lamentavelmente, pouco ou nenhum valor está se dando ao artista da casa, da terra, ao artista do Paraná.

Há poucos dias vimos a chegada dos **MENUDOS**, que levaram, de Londrina e de Curitiba, mais de 1 bilhão de cruzeiros; dia 19, Roberto Carlos volta ao Paraná, para poder reforçar o seu caixa, e, numa única noite, levar quase 300 milhões de cruzeiros, por uma apresentação no Estádio Couto Pereira. Às vezes para se ver um "show" até secundário, "show" até de "gay" como recentemente, em Curitiba, o ingresso com amplo apoio dos poderes públicos era vendido a 60 mil cruzeiros! Cansei de ver em Curitiba, hotéis de alto luxo frequentados rotineiramente por artistas de teatro, de São Paulo, e do Rio, que, para aqui vinham, estabelecendo o preço do ingresso, fora do alcance de uma família de nível de vida, médio, o mesmo ocorrendo com cantores, conjuntos musicais, artistas das diversas categorias; quer dizer, quando o artista vem, como o Senhor Roberto Carlos, só para levar o dinheiro do Paraná embora, todo apoio lhe é dado, porque o "show" passa a ser encarado como cultura para o povo, mas o nosso artista que está aqui os 365 dias do ano, sofrendo com a gente do Paraná em Curitiba ou em outra qualquer parte do Paraná, esse, não tem nenhum apoio, nenhum incentivo, esse, continua artista, porque gosta, porque tem amor, por idealismo, porque o poder público lhe fechou as portas.

Entendo que, em todos os locais públicos do Paraná só deveria ser permitida a presença de artistas de fora, como Roberto Carlos, como Ney Matogrosso, como a Rita Lee, como outros até estrangeiros, desde que houvesse uma participação física e financeira, do artista do Paraná, para evitar que a música morra, no Paraná, para que esses grandes valores continuem sendo estimulados. É lamentável a materialização e o valor que se dá ao artista de fora, fechando-se as portas ao artista daqui. Eu sei que muitos deles chegam às vezes a não ter o que comer em casa, ou, a família está doente, em dificuldades, mas o artista, vai lá, para o "show", dando todo o seu amor, toda a sua garra, tudo aquilo que aprendeu, nos instrumentos; o artista, às vezes não tem o dinheiro para comprar um instrumento musical novo, mas ele continua com a sua arte, com a sua música.

Deveríamos ampliar este projeto. Só ceder, só alugar local público para artista de fora, não apenas em Feira Agropecuária, mas só ceder estádio, teatro, ginásio de esporte desde que haja a participação do nosso artista do Paraná, não apenas para fazer número, para fazer volume, mas para que ele seja recompensado também financeiramente; para que mesmo saiba que aqui o poder público não lhe deu as costas, para que aqui o artista do Paraná tenha o apoio que ele precisa, porque hoje o apoio é zero. O nosso artista continua na arte, na música, por um verdadeiro amor, porque o poder público só está valorizando artistas do estrangeiro, de São Paulo, do Rio de Janeiro que nem para cá para levar 200, 300, 400 milhões, um bilhão de cruzeiros como o

Menudo.

É este o nosso apoio a este projeto, do Deputado Tadeu França, fazendo votos que seja aprovado e que futuramente façamos uma ampliação nele. O nosso apoio aos artistas do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Tércio Albuquerque, para encaminhar.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entristece-nos como representantes do nosso Estado nesta Casa de Leis, pelas inúmeras vezes que recebemos em nossos gabinetes de trabalho, a presença de artista paranaense, muitos deles a nos pedir uma ajuda para gravar um disco, outros, para nos pedir uma ajuda para propagar o seu show, porque, na realidade o poder público, no passado e no presente, nada tem feito em benefício do artista paranaense.

No ano passado, Senhor Presidente, Senhores Deputados apresentei na Assembléia Legislativa, requerimento de minha autoria, um pedido de informações ao Governo do Estado, com referência às despesas, os gastos que tiveram com a contratação da cantora Fafá de Belém, que andou por quase todo o interior do Estado, patrocinada pelo BANESTADO, patrocinado o seu show, patrocinaram as suas viagens de avião do Governo e em outras vezes; em aviões fretados e eu perguntava no meu pedido de informações, porque o artista paranaense não é contratado, para dar um show em propaganda, em promoção para a Caderneta de Poupança do BANESTADO, se a Caderneta de Poupança é dinheiro paranaense, dinheiro do povo do Paraná, ganha com a luta dos nossos paranaenses ou dos brasileiros todos que residem e que ajudam o desenvolvimento do Paraná.

Não compareço, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a esta tribuna para ser aplaudido. Até peço aos que aqui estão, que não tenham a sensibilidade de nos aplaudir, porque é uma obrigação do parlamentar, porque é uma obrigação nossa, pelo voto recebido da nossa gente paranaense, para que possamos representá-los na Assembléia Legislativa e a representação nossa significa para todas as camadas sociais e o nosso artista paranaense. E não é hoje, meu caro Deputado: Tadeu França, que eu venho à Tribuna para apoiar o seu projeto. O seu projeto nem necessita de apoio, porque ele retrata, espelha o que sofre o artista do nosso Estado.

É porque a obrigação me trouxe à tribuna, porque nós, já no ano passado gritávamos contra o dinheiro esbanjado com a cantora Fafá de Belém. E por que o esbanjamento com a cantora Fafá de Belém? Era em retribuição aos comícios que fez pelas eleições diretas que acabou não se realizando mas que a dona Fafá de Belém continuou nos palanques pelo Doutor Tancredo Neves - já.

Eu até parabenizo a cantora Fafá de Belém; mas, porque na hora em que o dinheiro saiu no Paraná, pelas contratações do BANESTADO, não foram também além da contratação da cantora Fafá de Belém, os nossos artistas do Paraná?

Eu recebi muitos no meu gabinete, até mesmo aqui na Assembléia Legislativa tive a oportunidade de apoiar o ex-Deputado, nosso companheiro Gabriel Sampaio, pelo apoio que deu ao cantor Natinho, que tinha uma das suas letras podada pelo sistema, pela censura, mas que era uma letra verdadeiramente

que nós tínhamos a certeza que iria sacudir o povo do nosso Estado. Surpreendi-me, até viajando para outros estados, ouvi a letra do cantor paranaense Natinho, que nunca teve o apoio do poder público para gravar o seu disco.

O que eu vi foi este cantor, a exemplo de tantos outros do meu Estado, ir aos nossos gabinetes pedir ajuda e nós até mesmo às vezes recebendo de má vontade esses cantores.

Nós temos que ajudar aos artistas do teatro, da música, aqueles que são gerados no nosso Estado. Não precisam ser nascidos no Paraná, porque o Paraná é um Estado de todos os brasileiros. Mas o que necessita é que o cantor aqui resida, que o artista aqui resida, que promova a nossa música paranaense.

Portanto, Deputado Tadeu França, o meu apoio não é da Tribuna, é pelo voto para que o seu projeto passe. Mas me assusta se não houver uma força dos Deputados do PMDB, em favor desse projeto e que lá na frente seja vetado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado em parecer exarado pelo Senhor Secretário da Cultura que não sei se terá a vontade ou o desejo de ajudar o cantor.

Portanto, é uma convocação que fazemos aos Deputados do PMDB para sensibilizar o Secretário da Cultura, do Esporte e Turismo do Paraná, bem como Sua Excelência o Governador José Richa, para que todos unidos possam sancionar, aprovar este projeto que, a meu ver, tem um cunho eminentemente social. Não tem cunho politiquês no meio dele, porque os artistas, sensíveis como são, e que sensibilizam a nossa população, eles não olham as cores partidárias. O que eles precisam é da ajuda da nossa gente e da comunidade política do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O verbo confunde. Acredito que em cima do projeto do Deputado Tadeu França, um carnaval se fez sem nada ter a ver com o espírito do projeto do Deputado.

Eventualmente no encaminhamento de votação vir falar sobre show de Menudo, falar sobre o "show" que Roberto Carlos irá apresentar no Paraná, e espero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e Senhores da Ordem dos Músicos que aqui estão, que não se confunda prestigiamento do músico paranaense com cerceamento da profissão do artista.

Porque não queremos também que os músicos do Paraná, amanhã sequer possam tocar um baile no outro Estado. O músico é universal, o artista é universal.

A preocupação do projeto tem basicamente o interesse de prestigiar o músico, o artista do nosso Estado. Nós não estamos preocupados para debater aqui a questão de Fafá de Belém, a questão dos Menudos, a questão do Roberto Carlos, que não é promoção do Governo do Estado, de órgão público algum; é o seu empresário que está proporcionando um "show" nesta cidade, como os empresários dos nossos artistas eventualmente possam fazer "show" em qualquer outra parte desta Nação.

Se brigássemos contra isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não estaríamos prestigiando o músico paranaense; estaríamos regionalizando o poder do artista, cerceando a liberdade de que o artista possa ser nacionalmente conhecido.

Por isso, a Bancada do PMDB, consciente de que o propósito do Deputado Tadeu França tenha sido o maior, o melhor e não demagógico; considerando o respeito que temos para com o Deputado que, na Comissão de Constituição e Justiça, exarou-se o seu parecer pela inconstitucionalidade do projeto; considerando possíveis alterações que tenham que ser feitas neste projeto, porque, inclusive, ele fala na proibição de eventos comemorativos de aniversários das cidades (leia-se de Municípios), e nós não poderemos legislar sobre matéria de interesse municipal.

Contudo, avaliando a profundidade do interesse do Deputado Tadeu Bento França, sabendo da boa vontade no prestigiamento do músico paranaense, a Bancada do PMDB, no dia de hoje, votará favoravelmente a este projeto, resguardando-se para discutir com o autor do projeto possíveis alterações que possam não no verbo, mas na prática, prestigiar o músico paranaense, prestigiar o artista universal.

Muito-obrigado. (Aplausos das galerias).  
(Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lendo e acompanhando a tramitação do projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Tadeu França, conhecendo a luta e da dificuldade por que passam os nossos músicos, principalmente para que eles possam continuar contribuindo com o aprimoramento da música de nosso Estado, e é louvável este projeto apresentado.

Por isso, nós somos favoráveis, mas queria apresentar uma sugestão ao nobre Deputado Tadeu França para que não seja prejudicado o encaminhamento deste projeto de lei. Diz no seu artigo 1.º: "nas feiras agropecuárias e rurais patrocinadas pelo Governo do Estado, ou nas que o Governo venha a participar através de convênios com os municípios". Até tudo bem. Mas em seguida: "como também em eventos comemorativos de aniversários da cidade". Aí foi onde o relator se baseou porque ultrapassa a nossa seara e não cabe a nós legislarmos no município.

Então, a minha sugestão, ao nobre Deputado Tadeu França que pedisse a suspensão para que nós fizéssemos o reestudo e cortar esta parte onde diz nas cidades, porque aí caberia um trabalho nosso junto às Câmaras Municipais para que os eventos comemorativos de cada município tivesse a sua lei própria, e tenham certeza que seguiriam o exemplo do Estado em tudo aquilo que o Governo do Estado tenha participação nos convênios, então seria mantido o seu projeto de lei.

Somos favoráveis ao projeto, mas gostaria de sugerir que fizesse um reestudo para que ele não fosse prejudicado na sua tramitação. Terá o nosso apoio, mas a nossa sugestão para que retire e faça



uma pequena alteração para que não sejam prejudicados os músicos do Paraná.

Muito obrigado. (Aplausos das galerias).

(Sem revisão do orador).

O SR. MÁRIO PEREIRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Sou favorável ao projeto do Deputado Tadeu França e digo por quê. Fui Presidente de um clube social em Cascavel que promove, anualmente, um festival da música popular. É o mais antigo festival de música popular do sul do Brasil, o FERCAPO, que por doze anos vem se realizando naquela cidade. Os últimos FERCAPOS têm demonstrado que o nível dos nossos artistas nada fica a dever a artistas, a compositores, a cantores de outros estados. Tanto é que, no FERCAPO, a participação não se restringe somente a músicos do Estado do Paraná, tendo seguidamente participado artistas de Santa Catarina, de São Paulo e do Rio de Janeiro. O júri composto naquele festival tem sido de músicos de renome nacional, de críticos de renome nacional. E estes músicos e estes críticos, têm sido unânimes em afirmar da qualidade da música do Paraná e do nível de nossos artistas.

Ocorre que os festivais de música aqui em nosso Estado terminam exatamente no momento do acorde final. Não há um programa desenvolvido por quem deveria se preocupar efetivamente com isto, que é a Secretaria da Cultura para que estes eventos culturais tenham sequência durante todo o ano, com o aproveitamento dos músicos, dentro de uma programação permanente destes músicos que são revelados por estes festivais que se realizam em diversas cidades do Paraná e que, repito, tenho tido oportunidade de ter participação efetiva na organização e acompanhamento dos detalhes da promoção do mais importante deles.

O FERCAPO tem sido realizado com muito pouca ajuda do Estado e do Município. Aliás, pela primeira vez recebeu, no ano de 84, ajuda do Estado, substancial, e da Prefeitura Municipal.

Ocorre que os festivais que a Secretaria de Cultura tem ajudado, como ajudou o de Cascavel, eles acabam sendo feitos de forma mais cara, gastando mais dinheiro e não se atingindo os objetivos procurados. A Secretaria deveria se preocupar em dar sequência. De que forma? Só ajudando os festivais, se estes organizadores destes festivais tivessem a preocupação com o dia subsequente ao término do festival. O que fazer com os músicos ali revelados? Em que programações encaixá-los para que pudessem ser revelados ao público paranaense e não circunscrito naquele evento de um, 2, 3, ou 4 dias no máximo.

Esta é uma preocupação permanente que deveria ter a Secretaria de Cultura e que, confesso, não tenho visto. O projeto do Deputado Tadeu França a exigir esta obrigatoriedade, na minha opinião tem algo de muito positivo, que é de mostrar que é responsabilidade das nossas autoridades do setor cultural do Paraná, amparar as suas expressões culturais. E, ao criar a

obrigatoriedade, quem sabe faça com que os responsáveis acordem do sonho do espetáculo maravilhoso que não busca valorizar exatamente os nossos valores.

Parabéns ao Deputado Tadeu França, e um apelo, aproveitando a oportunidade: aqui, a Secretaria da Agricultura busca dar, na realidade, segmento; dar trabalho aqueles valores revelados nas diversas manifestações da cultura paranaense através dos diversos festivais de músicas que ocorrem nas diversas cidades do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO - Senhor Presidente, não preciso lhe dizer que toda Casa é favorável ao espírito do projeto de lei de autoria do nobre Deputado Tadeu França da mesma forma que o Deputado Gilberto Carvalho, eu faço um apelo ao Deputado Tadeu França para a retirada do projeto, mesmo porque, a emenda que era elucidativa, que a redação era perfeitamente compreensível e que cabia dentro do objetivo, do espírito da lei foi rejeitada e, a redação do original, Senhor Presidente, está truncada. A redação não diz nada com nada.

De maneira que ela precisa ser reformulada, a Casa não pode votar uma matéria desta natureza.

Veja Vossa Excelência:

Art. 1.º - Nas feiras agropecuárias e rurais patrocinadas pelo Governo do Estado ou às que o Governo venha a participar através de convênio com os municípios, como também eventos comemorativos de aniversários das cidades que envolva presença de artistas, só não tem mais nada.

Quer dizer está totalmente truncado o Artigo 1.º.

No segundo diz, o autor diz o que ele pretende ser classificado como artista.

E no terceiro que a lei será regulamentada pelo Secretaria da Cultura. Mas, não há o que regulamentar, Senhor Presidente, porque a redação está truncada. E a Casa não pode votar uma matéria desta natureza.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está em fase de votação e na sessão de hoje não pode ser retirado da Ordem do Dia.

Está em votação o projeto. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. Está aprovado o projeto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Requeiro verificação com chamada nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, retiro meu pedido de verificação porquanto há um compromisso com o autor de estabelecer, confeccionar outro projeto dando formas definitivas à redação.

O SR. PRESIDENTE - Está aprovado o projeto.



Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ronie Cardoso, ocorrido no dia 3 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ronie Cardoso, ocorrido no dia 4 de abril do corrente ano, no Município de Castro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raimundo Grestani, ex-Vereador do Município de Ubatuba, ocorrido no dia 5 de abril do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adelina Biss Vieira, ocorrido no dia 7 de abril do corrente ano, no Município de Piraquara. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Colla, pai do Sr. Diretor desta Casa, Honorino Luiz Colla. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de Postos Avançados do BANESTADO nos Distritos de Rosário, Ribeirão Bonito, Rio Branco e Campineiro do Sul, no Município de Grandes Rios. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de Postos Avançados do BANESTADO nos Distritos de Ariranha, Jacutingá, Alto Porã, Arapuã e Romeópolis, no Município de Ivaiporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a criação e instalação de Posto Avançado do BANESTADO na localidade de Barra Santa Salete, Município de Manoel Ribas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a criação e instalação de Posto Avançado do BANESTADO na localidade de Marisa, Município de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do BANESTADO no Município de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência ou Posto de Serviço do BANESTADO na localidade de Mauá, Município de Marilândia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do BANESTADO no Município de Grandes Rios. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 19 de agosto do corrente ano às 15:00 horas, Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Antônio de Campos Tapajós. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil, Delegado Regional do Ministério da Agricultura e à Comissão de Financiamento da Produção - PR, encarecendo para que a contratação de empresas para o transporte de trigo e outros produtos comprados pelo Governo a preço mínimo, seja realizado através de concorrência pública, e que esta seja feita pelo Banco do Brasil Regional. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a implantação de uma agência do IPE no Município de Sabáudia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artágão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Administração e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de um novo prédio em alvenaria para abrigar o Colégio Estadual Parigot de Souza, no Município de Inácio Martins. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A, encarecendo a remoção da velha Estação Ferroviária de Ponta Grossa, bem como a transferência do parque de manobras localizados em área central daquele município, através da construção de uma variante de 14 quilômetros, a partir da localidade denominada Cará-Cará. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Trabalho, Chefe da Casa Civil, da Justiça e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, encarecendo a criação da Junta de Conciliação e Julgamento na Comarca de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da União Brasileira de Escritores — Fábio Lucas, com moção de apoio à realização do Congresso Brasileiro de Escritores/85. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada "As intervenções nos bancos e os direitos dos investidores", publicada no jornal "Gazeta Mercantil". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo para

que, através da Rede Ferroviária Federal, seja doado aos moradores da Vila Vicente Macedo, no Horto Florestal da Rede Ferroviária Federal, a área adquirida recentemente pelo Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, bem como voto de regozijo pelo requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Guaratuba, que requer providências quanto ao problema suscitado pela construção da Avenida Beira-Mar, naquele município. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de carteiras escolares para o Colégio de Campina da Lagoa - Ensino de Primeiro e Segundo Graus. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de uma viatura devidamente equipada para o comando da polícia do Município de Ubatã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo reparos na Estrada do Cambará, que liga os Municípios de Paranaguá e Matinhos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, para que a mesma determine à Viação Graciosa um transporte gratuito, para dar atendimento aos alunos carentes do Município de Matinhos, que estudam em Paranaguá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. proprietário da "Folha Tamandaré", com voto de congratulações extensivo à comunidade local, por ocasião do lançamento. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências a fim de serem apuradas as responsabilidades no atentado ocorrido contra a residência do Prefeito Municipal de Guapirama. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Coordenadoria da Receita do Estado, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo informações quanto aos imóveis de funcionários daquela Secretaria, locados à referida Coordenadoria. — Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, encarecendo seja informado a esta Casa, a descrição de todos os gastos efetuados no exercício de 1984, por aquela Secretaria. — Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre tarifas de energia elétrica cobradas pela COPEL — Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações se está ocorrendo a propalada retenção dos depósitos em caderneta de poupança. — Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar para estudar os critérios para a desapropriação de imóveis em áreas onde serão implantadas barragens, composta de cinco (05) membros. — **Aprovado.**

A Mesa solicita aos Srs. Líderes que façam a indicação: 3 do PMDB, um do PDS e um da Frente Liberal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, solicito a Vossa Excelência que novamente dê ciência ao requerido e a forma de despacho da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Requerimento de autoria do Deputado Nelson Buffara, requer a constituição de uma Comissão Especial, de Parlamentares, para estudar os critérios de desapropriação de áreas onde serão construídas barragens.

A Mesa solicita às Lideranças que indiquem: três do PMDB, um do PDS e um da Frente Liberal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, novamente, apenas para solicitar da Mesa que seja obedecido o critério da proporcionalidade.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa informa a Vossa Excelência que já decidiu a questão de ordem levantada por Vossa Excelência na sessão do dia 02. E vai repetir, de acordo com os cálculos matemáticos e dispositivos constitucionais, a constituição das Comissões.

Comissão de Constituição e Justiça: PMDB: 8 membros; PDS: 4; Frente Liberal: 2 membros.

Comissões de 7 membros: PMDB: 4; PDS: 2; Frente Liberal: 1.

Comissões de 5 membros: 3 do PMDB; 1 do PDS; 1 da Frente Liberal. A Mesa encaminhará a Vossa Excelência, cópia dessa decisão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 262 e 265/84.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 123 e 178/84.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 277/84.

DISCUSSÃO ÚNICA – de requerimento de autoria do Sr.

Deputado Fuad Nacli, que solicita 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 08 de abril em curso.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS NAIS  
DA CASA, FOI APROVADA A  
REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO  
MÁRIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA  
08 DE ABRIL DE 1985.

## “AS INTERVENÇÕES NOS BANCOS E OS DIREITOS DOS INVESTIDORES

José Alberto Dietrich Filho

Toda a legislação que regulamenta o sistema financeiro nacional - incluindo a Lei n.º 4.595/64 que o instituiu - é nitidamente protetora do investidor, em última análise dos clientes das instituições bancárias, captadoras da poupança popular.

A tese de que vivemos num regime capitalista e todos têm o dever de correr riscos, além de draconiana, não encontra nenhum amparo legal. Ao contrário, a legislação que institui as normas regulamentadoras do mercado de capitais no Brasil impõe obrigações severas ao Banco Central. E toda a legislação - à qual nos reportaremos adiante - impõe ao Banco Central um dever fiscalizador eminentemente preventivo, com a intenção manifesta de proteger o investidor.

Só o governo federal através do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do próprio Banco Central, pode autorizar o funcionamento de instituições financeiras e bancárias no Brasil. Só ele e os seus órgãos fiscalizadores têm acesso a informações de punho confidencial e sigiloso que envolvam a solvabilidade dessas instituições. O pobre investidor só tem o direito de ouvir e ler as propagandas pela televisão e pelos jornais. Tudo o

mais é sigiloso e só o Banco Central tem conhecimento. Ao escolher o banco de sua preferência, o investidor participa de um jogo de sorte, ou de azar, o que não é tolerável.

Nos casos dos bancos Sulbrasileiro e Habitasul o Banco Central foi negligente, omissivo, promovendo um verdadeiro confisco do dinheiro dos investidores. Agiu tardiamente, descumprindo a sua obrigação legal. Dá até mesmo a impressão de que o governo agiu de má fé, como um simples credor das instituições bancárias, só intervindo quando elas estavam com seus cofres abarrotados - principalmente de recursos aplicados no mercado aberto. Má fé, porque, na verdade, o governo é um credor que agora, se forem liquidadas as duas instituições, habilitará seus créditos com privilégio absoluto, à frente de quase todos os demais. Esperou que os dois bancos elevassem suas taxas de captação, ludibriando e fraudando a boa fé do investidor sulino, e só depois é que promoveu a intervenção.

A definição do que seja o sistema financeiro nacional foi dada pela Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Em seu Art. 3.º, inciso VI, essa lei definiu que uma das responsabilidades do então criado Conselho Monetário Nacional seria “zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras”. Está embutido claramente no preceito legal o dever de proteger o investidor.

E no artigo 11 dessa mesma lei ficou definida detalhadamente a responsabilidade do Banco Central. Diz o inciso VII:

“Exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nesses mercados e em relação às modalidades ou processos operacionais que utilizem”.

Essa legislação é de 31.12.64. No ano seguinte, precisamente no dia 14 de julho, editou-se a Lei n.º 4.728, cujo artigo 2.º diz que deveriam ser as seguintes as funções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central:

“1 - Facilitar o acesso do público a informações sobre títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado e sobre as sociedades que os emitirem;

“II - Proteger os investidores contra emissões ilegais ou fraudulentas de títulos ou valores mobiliários;

III - Evitar modalidades de fraude e manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado”.

Diz ainda o inciso VIII:

"Fiscalizar a observância das normas legais e regulamentares relativas à emissão, ao lançamento, à subscrição e à distribuição de títulos ou valores mobiliários colocados no mercado de capitais".

Os quatro incisos citados começam com expressões que são definitivas: "facilitar", "fiscalizar", "proteger" e "evitar". A responsabilidade do Banco Central é, portanto, imposta pela lei, e não fruto da vontade de quem quer que seja. Perdoem-me alguns colegas, todos respeitáveis, que têm emitido opiniões e elaborado pareceres, levando a questão para as nuvens da alta indagação, garimpando questões de ordem constitucional num problema um pouco mais singelo.

A lei não é ociosa, e o legislador, ao elaborá-la, não está pensando em conquistar títulos literários.

Queira ou não, portanto, o Banco Central tem o dever legal de "proteger os investidores contra emissões ilegais ou fraudulentas de títulos" e "evitar modalidades de fraude e manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de títulos" lançados no mercado. É imposição da lei.

O dano indenizável por culpa há de preencher um dos três requisitos: imprudência, imperícia ou negligência. O Código Civil Brasileiro é de 1916 e desde então consagra o preceito do art. 159, que diz:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano".

O Banco Central foi flagrantemente negligente, voluntariamente omisso na sua tarefa fiscalizadora e preventiva. Debruçou-se apenas sobre o texto da Lei n.º 6.024/74, que trata da intervenção e da liquidação extrajudicial das instituições financeiras. Ou seja, pegou o doente e levou-o diretamente à mesa de cirurgia. Esperou que o doente ficasse em estado já comatoso, ofegante, para impor um danoso tratamento de choque. Negligenciou no tratamento preventivo.

A responsabilidade, em última análise, é da própria União, a mãe do Banco Central, que nomeia os seus diretores. O Banco Central, como instituição, não pensa, não premedita, não age de má fé. Portanto, caberia até mesmo ação regressiva da própria União contra os diretores que agiram culposamente no seu dever funcional.

O fato é que os investidores não podem ser penalizados por essa conduta condenável do Banco Central, que sabia, por exemplo, que o Banco Sulbrasileiro estava captando recursos sem lastro nos dias (ou meses?) que antecederam à intervenção.

Agora, que é tarde demais, todos sabem que as aplicações dos investidores eram garantidas por fraudulentos "cheques administrativos", o que é um verdadeiro crime contra a economia popular.

O investidor, quando autorizava a aplicação, era ludibriado pelos dois bancos sob intervenção, que desviavam as aplicações — feitas supostamente em títulos da dívida pública, como as LTN ou ORTN — para papéis verdadeiramente frios da própria instituição. Quando aplica no mercado aberto ("open" ou "over"), o investidor imagina que está adquirindo títulos da dívida pública, cuja valorização é fixada pelo próprio governo, que é o verdadeiro tomador dos recursos aplicados.

Essas casas bancárias, como agora todos sabem, tardiamente, desviavam as aplicações para papéis delas mesmas (CDB, RDB e outros). Ou seja, papéis "frios", sem lastro. E ofereciam taxas maiores, mais altas, fazendo exatamente aquilo que a Lei determina ao Banco Central para que fiscalize e evite, que é "evitar modalidades de fraude e manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de títulos".

E só o Banco Central sabia que isso vinha ocorrendo há muito tempo. Já insolventes, os bancos passaram a criar condições artificiais de oferta e de preço de títulos por eles lançados no mercado, ludibriando o investidor. Todos sabem que nas aplicações por um dia, o chamado "over", o normal é que o Banco aplique o dinheiro do seu cliente em Letras do Tesouro Nacional (ORTN). E, quando autoriza a aplicação, é isso que o cliente deseja, sem imaginar que há outros meios de aplicação por um dia. Agora, todos os incautos clientes do Sulbrasileiro e do Habitasul estão recebendo papéis contabilizados pelos dois bancos, informando que a aplicação foi feita em CDB ou RDB. Uma verdadeira fraude, praticada sob a negligência (ou conivência) do Banco Central.

Um escândalo a mais, ou a menos, não aumenta nem diminui o estado de perplexidade dos brasileiros. O que não se tolera mais é a impunidade, que no Brasil dos últimos dez anos atingiu proporções epidêmicas, contagiando todos os escalões da República.

Em 15 de março espera-se que estejam sendo sepultadas a safadeza, a esperteza, a cabotinice, colocando-se um basta na caminhada impune dos espertalhões que macularam a história recente do Brasil. Com as intervenções nos bancos, o governo confiscou 300 milhões de dólares de investidores gaúchos. É bom que o ofegante governo Figueiredo encontre uma solução nestes poucos dias que lhe restam, sob pena de estar lançando uma nova e

perigosa semente no coração dos eternos farrapos do Sul".

MATÉRIA CUJA APROVAÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO BELINATI, EM SESSÃO DO DIA 08 DE ABRIL DE 1985.

# CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA REQUERIMENTO

Os VEREADORES infra assinados tendo em via fatos acontecidos em Guaratuba durante a recente temporada de verão e conseqüente da alteração do projeto inicial da construção da Avenida Beira-Mar, argumentam e vem requerer as imediatas providências do Poder Executivo Municipal no seguinte:

- 1 — A alteração do Projeto, permitindo o fechamento da rua para o tráfego normal de veículos, entre as Ruas Santos Andrade e Jayme Prosdócimo, tumultuou o ambiente que era totalmente festivo por essa conquista Beira-Mar de Guaratuba, com a modificação sendo repudiada pelas mais representativas pessoas, entidades e homens públicos que residem ou que são habitualmente veranistas neste Município;
- 2 — O assunto ganhou manchetes em rádios, TVs, e em veículos de comunicação do Estado, prejudicando inclusive a boa imagem do balneário em vários pontos do Paraná e de outras regiões brasileiras;
- 3 — Historicamente a Beira-Mar foi usada por todos, proprietários e povo, condutores e passageiros de veículos ou pedestres, não se podendo permitir que agora seja seccionada em três quadras, para favorecimento direto e

particular de proprietários das imediações.

- 4 — As chuvas ocorridas dias antes do carnaval, não muito fortes, determinaram a destruição de boa parte da grama plantada nesse trecho, inclusive espalhando terras vermelha e que, misturadas com a areia, deram um espetáculo desagradável para os veranistas, o que significa o reconhecimento do erro técnico ao se permitir a não construção do muro de arrimo nesse trecho;
- 5 — As fortes marés de épocas, esperadas, pelo que se pode verificar deverão determinar destruição ainda maior e de proporções incalculáveis, com isso havendo prejuízos materiais de elevada expressão, tudo servindo para caracterizar ainda mais a inviabilidade da alteração permitida pela Prefeitura. Pelas razões expostas e por outras que são dispensáveis de extensa justificativa, os Vereadores signatários vêm requerer que a Prefeitura Municipal de Guaratuba, pelo Sr. Prefeito, determine a imediata abertura da Beira-Mar, no trecho mencionado, construindo-se muro de arrimo, pista de rolamento, meio fio e detalhes complementares tudo conforme o projeto aprovado pela SUCEPAR, nos termos do Projeto original: É o Requerimento.

Câmara Municipal de Guaratuba, a,  
21 de março de 1985.

CÂMARA DE GUARATUBA: 9 Vereadores

Vereadores que assinaram, pela ordem:

ALFEU HAHN, WALDEMAR CHAVES, EMÍLIO MATTOS DE SOUZA, LAUFRAN BEVERVANSO, BENTO MANOEL DE SOUZA, NATANAEL C. ARAÚJO, TRISTÃO DA SILVA MIRANDA (pres. da Câmara), MANOEL DE AGUIAR e DEODORICO SILVANO.